

SEMANÁRIO
DE INFORMAÇÃO
GERAL

ANO XX Nº 1507

PREÇO-10.000 PG

DIRECTOR-INTERINO
JOÃO QUINTINO TEIXEIRA

☎ { 21 37 13
21 37 28

NÔ DOMINGO 31 DE DEZEMBRO DE 1995 PINTCHA



NACIONAL

CMB ENTRE
EXPECTATIVAS
E PERSPECTIVAS

Página 4

POLÍTICA

ANP: O ANO FINDO FOI
COROADO DE ÊXITOS



Página 5

DESPORTO

SELECÇÃO NACIONAL
FECHA O ANO EM OURO

Página 13

NACIONAL



Página 10

DIREITOS HUMANOS
1995 ANO DE
TRIUNFO CONTRA
O BANDITISMO

MENSAGEM DO PR À NAÇÃO

"A DEMOCRACIA MULTIPARTIDÁRIA AVANÇA DE FORMA SEGURA E IRREVERSÍVEL"

O Presidente da República na sua tradicional mensagem de fim do ano encorajou a ANP, os partidos políticos e as organizações profissionais a prosseguirem a via do diálogo como forma de evitar as convulsões e os conflitos que prejudicam o país.

Nino Vieira reafirmou a premente necessidade de se introduzir sérias transformações no executivo e nos lugares cimeiros da administração no sentido de o país dispôr de uma governação transparente, competente e rigorosa que o povo guineense merece evitando que faça uso dos poderes que a Constituição lhe confere.

Páginas ... 8 e 9



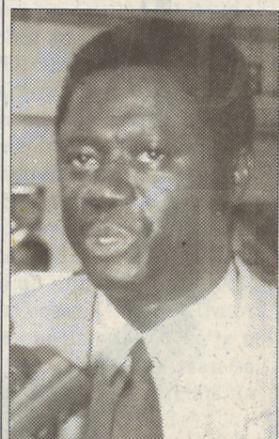
GOVERNO E SINDICATOS ENTERRAM MACHADO DE GUERRA ATÉ QUANDO ?

Página 7

PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA EXTINGUE DEPARTAMENTO DE ACÇÃO PREVENTIVA

Página 11

1995 FOI O ANO DE VITÓRIAS DA DIPLOMACIA GUINEENSE



Página 16

TINTAS SOAPEC

SOAPEC

TINTA GERAL
DILUENTE

A MAGIA DAS CORES
VERNIZ
CORANTES

Tintas

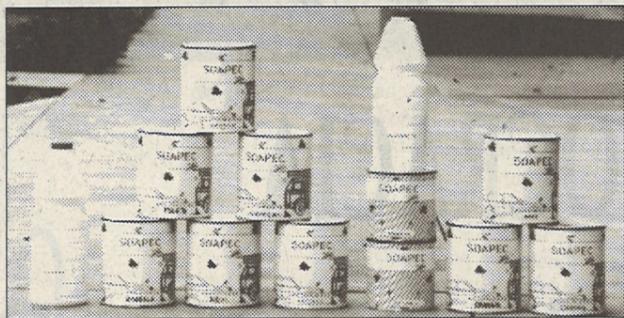
FABRICADO EM BISSAU Z.I. DE BRÁ 25.30.77

OS PRODUTOS SÃO:

— Incomparáveis - Alta qualidade - Grande rentabilidade - Baixo preço
Estamos na Zona Industrial de Brá a seguir a Guimetal e em frente à fábrica de oxigénio e acetileno

— Os nossos produtos estão também disponíveis na loja de Aly-Safa, junto à rotunda da Amura, na Rua 12 de Setembro em Bissau velho.

CONSUMIR UM PRODUTO NACIONAL É CONTRIBUIR PARA O DESENVOLVIMENTO DO PAÍS



Tintas
para
Automóveis



TEMOS:
- Tintas para Barcos
- Tintas para Estrada
- Tintas para Automóveis
- Tintas para Casa

Tintas
de Óleo



Tintas de
água Plástico
Exterior



Tintas de
água Plástico
Interior

DESEJAMOS AOS NOSSOS ESTIMADOS CLIENTES FESTAS FELIZES E UM NOVO ANO CHEIO DE PROSPERIDADES

GUINÉ PESCAS L^{DA}



A Gerência e todo o pessoal

Deseja a todos os seus estimados
clientes e amigos um Feliz Natal
e um Novo Ano Próspero



E Ainda de Paz e de Progresso Contínuo

Termina em Bissau seminário intercalar dos estudos diagnósticos das capacidades nacionais

Envolver o maior número de cidadãos guineenses na identificação dos problemas que actualmente afectam a administração pública, foi o objectivo de um seminário intercalar de estudos diagnósticos das capacidades nacionais que decorreu entre os dias 12 e 13 do corrente mês nas instalações do INEP.

Após terem sido discutidos e analisados profundamente os temas propostos, os seminaristas identificaram numerosos obstáculos que impedem o funcionamento eficiente da nossa administração pública. Entre os fenómenos estranguladores, os participantes apontam a falta da vontade política na administração pública.

Baixo nível cultural, dos servidores do Estado, falta de formação de quadros qualificados, má gestão dos bens públicos, falta de enquadramento dos quadros existentes, nos diferentes projectos do país, constituem, entre outros, aspectos identificados pelos seminaristas.

No que se refere aos salários praticados, os participantes detectaram a inexistência de uma política salarial para os funcionários públicos. Por exemplo, evocam o caso dos trabalhadores que têm subsídios superiores aos salários, influências políticas nas tomadas de decisões e dirigentes da administração pública que não conhecem diplomas

que regem a função pública.

Igualmente, detectaram outros fenómenos, tais como a fraca absorção dos recursos externos postos a disposição do país, influências de doadores na administração pública nacional e falta de capacidade técnica na aplicação destas ajudas.

Outro pormenor que não escapou a observação dos seminaristas foi a situação da liberalização económica que trouxe efeitos negativos na economia nacional.

O acto inaugural deste atelier foi presidido pelo director-geral da Função Pública em representação do ministro da tutela.

Na ocasião, Higino Cardoso disse estar convicto



que a discussão dos temas propostos, fornecerão valiosas contribuições para a prossecução dos objectivos pretendidos, na modernização do sistema da administração pública.

Segundo Higino Cardoso, a administração pública como ponto chave para atingir certos objectivos do desenvolvimento, terá cada vez mais que confrontar com outras organizações,

sobretudo internacionais na tomada de decisão para a soluções de vários problemas, o que influencia no prestígio da Guiné-Bissau junto à comunidade internacional.

Neste contexto, Higino Cardoso afirmou que a construção de uma administração ao serviço do cidadão é tarefa de toda a sociedade, e não só do Ministério da tutela.

O acto de encerramento foi presidido pelo director do Instituto Nacional de Estudo Pesquisas (INEP), Peter Mendy.

Peter Mendy sublinhou, na ocasião, que em muitos países sub-desenvolvidos, particularmente em África, a fun-

ção pública não se revelou capaz de cumprir cabalmente a missão de promover com sucesso o desenvolvimento económico, a eficácia e bem-estar social.

Nesses países, geralmente, a Função Pública é superlotada, sub-remunerada e pouco motivada. Por tudo isto, ela é ineficiente e ineficaz com vista a realização de um programa de desenvolvimento sustentável e durável adiantou Peter Mendy.

Aquele director foi ainda mais longe, quando disse que "é neste contexto de um tal paradoxo vulgar em África que se compreende o seguinte axioma: o Estado finge pagar e os funcionários fingem trabalhar".

O referido seminário foi organizado pela iniciativa conjunta do Ministério da Administração Pública e Trabalho e o Instituto Nacional de Estudo e Pesquisas (INEP), e contou com o financiamento de Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD.

O encontro congregou cerca de 60 participantes de diferentes instituições públicas e privadas.

Por: Djuldé Djaló

Responsáveis e activistas da AMIC reúnem-se em Bissau

Organizado pela Direcção Nacional da Associação dos Amigos das Crianças - "AMIC", decorreu de 8 a 9 de Dezembro, sob a presidência da Filomena Barreto Ferreira, presidente da AMIC, o 1º Encontro Nacional dos Responsáveis e Activistas desta ONG, na Escola Normal Superior "Tchico Té" em Bissau.

O objectivo do encontro visa o aprofundamento de conhecimentos básicos sobre a Convenção das Nações Unidas sobre as crianças e aperfeiçoamento dos métodos e abordagens da sua aplicação no terreno bem como da apresentação e discussão do Plano Quadro de

Intervenção da AMIC para os anos 1996 à 2000.

A sessão inaugural do encontro contou com apresentação de uma comunicação sob o tema "Convenção das Nações Unidas sobre as Crianças" do ponto de vista da sua aplicação no terreno por Laudolino Carlos de Medina, responsável do Projecto de Promoção dos Direitos da criança, com a moderação de Leopoldo Amado, encarregado de Programas da AMIC. Seguiu-se a constituição de grupos de trabalhos para um debate do "Plano Quadro de Intervenção", um documento importante para a definição das actividades estratégicas a desenvolver nos próximos 5 anos, no contexto da metodologia de participação comunitária e a modalidade de aperfeiçoamento institucional (central e regional) dentro da problemática de um desenvolvimento durável.

O encontro que congregou cerca de 30 participantes, vindos de diferentes regiões do país, terminou com aprovação do "Plano Quadro de Intervenção" para os anos 1996 à 2000 e a adopção de importantes conclusões e recomendações no seu documento final.

Das recomendações e conclusões constantes destacam-se o prosseguimento dos estudos do meio para identificação de instituições tradicionais ligadas a criança e a mulher para a divulgação e sensibilização da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, envolvendo assim as autoridades locais e chefes tradicionais para uma gestão participativa quer na abordagem directa quer através de seminários, encontros, etc.

De igual modo, recomendou-se ainda a criação de espaços recreativos, culturais e desportivos nas zonas rurais

(bibliotecas, espaços de lazer e parques infantis) e a criação de jardins comunitários em todas as regiões como de oficinas de aprendizagem em estreita colaboração com as unidades de base e beneficiários.

Recomendou-se ainda a sensibilização dos órgãos de Comunicação Social no sentido de terem em devida linha de conta a diversidade étnico-linguística e o nível cultural da nossa população na difusão de informações sobre os trabalhos de divulgação dos direitos da criança.

Ao Governo recomendou-se a criação de escolas especiais para crianças deficientes, sobretudo do meio rural, a inclusão da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança nos currículos escolares e a criação de condições para a realização nos mass média de programas educativos destinados ao grande público.

UORI - Mais um livro de contos da Guiné-Bissau

"UORI" é mais um lançamento da editora "Ku si mon" cuja autora é Teresa Montenegro, uma recomposição de um conjunto de contos outrora publicados por ocasião do centenário da Imprensa Nacional em 1979 como forma de celebrar essa importante data.

UORI ou JUMBAL como primeiramente fora publicado essa colectânea tem o mesmo sentido. No "Jumbai" normalmente realizava a noite após o jantar, as pessoas se reúnem em grupos e cada um vai contando a sua "estória", mas, às vezes, nem sempre isso acontece, ficando o mesmo somente a cargo da velha da casa ou grupo. A mesma coisa é feita no "UORI" que é um jogo em que podem participar dois ou mais elementos, participando de forma rotativa, saindo aquele que perder todas as pedras.

Nesta sua segunda colectânea em que a autora dá a conhecer mais uma parte do trabalho que pudera recolher directamente durante a sua estada na Guiné-Bissau (Teresa e Carlos Moraes), sofreu uma ligeira alteração em relação ao primeiro livro. Assim a tradução de cada conto aparece imediatamente a seguir a ele e não forma a segunda parte do volume, o que torna fácil a sua leitura e compreensão para um leitor não iniciado em crioulo.

Este segundo lançamento dos contos da Guiné-Bissau tal como se pode constatar no prefácio tem também uma outra diferença. Trata-se da

inclusão do "glossário" que abrange vocábulos que se encontram nos textos, com diversos aspectos originais.

Quanto a etimologias sistematicamente indicadas no fim de cada artigo deste belíssimo trabalho, são em muitos casos, perfeitamente seguras, mas noutros apenas hipóteses, principalmente grande parte das que pertencem às línguas africanas locais.

Geralmente os contos crioulos são uma mistura de palavras do qual ele próprio sobrevive animando personagens familiares. Através dos espécimes mais representativos de contos de lama ou de lágrimas, e de filosofia ou de alegria. O presente livro faz igualmente reviver a história das palavras crioulas, remontando as fontes e reportando num glossário inovador de mais de trezentas entradas.

Refira-se que o lançamento deste livro teve lugar a bordo navio "Sambuia" no Cais de Pidjiguiti e nele participaram numerosos populares, um conjunto de intelectuais e pessoas ligadas ao mundo da cultura, literatura e sempre famintos pela leitura e ainda mais quando se trata de algo ligado a realidade nacional, como ficou demonstrado na altura do mesmo, com a aquisição (rabata-rabata) dos volumes levados para o bordo, sem olhar pelo seu custo que é de 12 mil pesos cada.

Por: Simão Abina

O presidente da Câmara Municipal de Bissau, Paulo Medina, numa entrevista concedida ao JNP, no dia 21 do corrente mês na sala de reuniões dessa instituição considerou que o balanço das actividades desenvolvidas pelos serviços camarários ao longo do seu mandato exige séries de explicações.

Entretanto, Paulo Medina afirmou que a sua Direcção reacendeu o contrato "tão falado" do senhor. Agostinho Lopes, vulgo A. Lopes.

Segundo ele, as expectativas que se esperavam desse contrato não responderam minimamente as exigências dos serviços técnicos da CMB para a limpeza da cidade de Bissau e que o mesmo deixou marcas de endividamento entre a Câmara e A. Lopes.

Para Paulo Medina, a iniciativa da celebração dos contratos que a CMB tem vindo a efectuar com algumas empresas privadas, é devido a frota que a Câmara não dispõe, nomeadamente, camiões porta-contentores, pás carregadores e outros equipamentos necessários para fazer face à remoção do lixo que não para de crescer devido ao aumento das importações.

CELEBRADO NOVO CONTRATO COM O M.E.S.

Na explicação de Paulo Medina, a Câmara celebrou novo contrato com o Ministério do Equipamento Social, (MES) porque o valor cobrado pelo aluguer dos serviços desta instituição são de 40 dólares por hora para cada camião, "pensamos que este contrato é mais módico", disse.

Por outro lado, é de admitir que os custos do contrato da empresa A. Lopes eram insuportáveis, justificou o facto por falta de condições financeiras por parte da CMB.

Entre outras palavras sublinhou que o atraso de salários, endividamento com

CMB entre expectativas e perspectivas



► A maior receita do Estado provém do mercado

A. Lopes tem sido algumas sequências para a efectivação das actividades do dia após dia dos serviços técnicos encarregados da limpeza da cidade de Bissau, o que, segundo ele, proporcionou a realização da campanha de limpeza levada a cabo na época das chuvas" quando mais se verificava excesso de lixo na capital, disse.

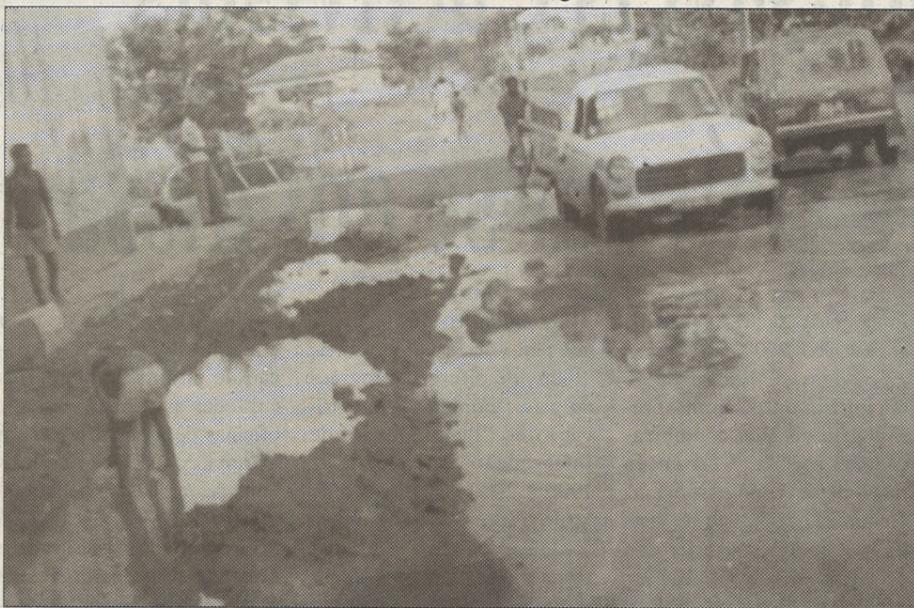
RECEITAS RONDAM CERCA DE 20.000.000PG

Porquanto as receitas diárias que "rondam cerca de 20 milhões de pesos", o presidente camarário de Bissau disse-nos que provém dos diferentes serviços desta instituição, nomeadamente, das taxas diárias dos clientes do mercado, matadouro, impostos de Reconstrução Nacional "quase inexistente" e outras receitas dos serviços administrativos e acrescentou que as mesmas deram muito que falar", inclusive uma personalidade política nacional declarou num comício popular que a CMB faz receitas de 200 milhões diárias".

Paulo Medina pretendeu com isso desmistificar, segundo ele, que isso não constitui a verdade, neste sentido, colocou a questão das obras de empreendi-

mentos à cargo da Câmara que para ele ainda se encontram estagnadas por falta de recursos materiais e financeiros.

Por um lado, Paulo Medina afirmou que a Direcção da CMB não recebe subsídios do tesouro



► O melhoramento das estradas da capital constam da preocupação da CMB

público e que as despesas feitas a nível dos serviços são suportados pela CMB.

Para Paulo Medina, os trabalhos da Câmara vão começar a melhorar a partir de 1996.

PERSPECTIVAS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS

Quanto às perspectivas de médio e longo prazos Paulo Medina disse-nos

que a CMB tem estado a participar activamente nos projectos de melhoramento de algumas infra-estruturas, nomeadamente, construções de vias públicas como é o caso das estradas de INDE, BAIRRO MILITAR E TCHADA.

Por outro lado, aquele responsável camarário considerou de positivo os trabalhos do Projecto de Melhoramento da rede de abastecimento de água potável à cidade de Bissau.

Quanto ao Projecto de Melhoramento dos Bairros da cidade, Paulo Medina disse que este foi instituído na CMB através de um acordo rubricado entre o Governo de Bissau e de Amesterdam.

Neste sentido Paulo Medina assegurou ao JNP que num futuro próximo aquele projecto vai engajar-se, no plano da urbanização e o arruamento de alguns

respeitaram as orientações dos agentes técnicos encarregados da estruturação urbanística", esclareceu.

Portanto, Paulo Medina justifica a situação descontrolada das construções como sendo fuga dos processos de orientação técnica da CMB mas, acrescentou que os serviços técnicos da Câmara vão levar a cabo em médio e longo prazos a reestruturação urbanística da cidade de Bissau, assegurou.

Ainda o presidente da Câmara afirmou que neste momento consta um plano director por parte da CMB em colaboração com o Ministério do Equipamento Social para a concretização dos projectos de urbanização.

MERCADO DE BANDIM SEM PERSPECTIVAS DE MÉDIO PRAZO

A situação do Mercado de Bandim que já ocupa quase 3/4 do Bairro de Mindara, Paulo Medina disse que a Câmara não dispõe de financiamento até a data para modernizar o referido mercado.

Por outro lado, o presidente da Câmara sublinhou que o crescimento deste mercado deve-se a liberalização económica.

Entre outras palavras

afirmou que não é só a CMB que beneficia com a situação, adiantando que os proprietários das casas circundantes cobram rendas aos vendedores instalados em qualquer sítio deste mercado.

O que é mais curioso é que não há uma medida favorável aos clientes deste mercado, mas Paulo Medina disse que os funcionários da Câmara têm estado a informar a sua Direcção sobre a situação sublinhando de seguida que a edilidade tentará contornar a situação.

REALCATROMENTO DAS RUAS DE BISSAU, TALVEZ AMANHÃ...

Quanto à situação das estradas esburacadas das principais vias públicas, Paulo Medina admitiu que as mesmas devem ser realcroadas mas, segundo ele, que uma iniciativa de género requer muito dinheiro e acrescentou que "o Governo não tem meios financeiros para fazer face à situação das principais estradas ou vias públicas da capital".

Entretanto, Medina afirmou por um lado, que as ruas de Bissau foram construídas aproximadamente há já meio século, acrescentou que "em normas as estradas deviam ser refeitas, mas chamou atenção que para os devidos efeitos que custo de m3 de alcatrão seria gastar muito dinheiro para refazer todas as ruas de Bissau.

Para o presidente da Câmara, a reestruturação de todas as vias públicas requer uma ajuda financeira, tanto à nível do Governo quer a nível da comunidade dos doadores.

Por outro lado, Paulo Medina é de opinião que o Ministério do Equipamento Social tem um papel importante neste processo através do projecto de reestruturação de infra-estruturas.

Igualmente disse que o Fundo Rodoviário "as palavras contam" devia ser partilhado com a CMB para a realização dos seus projectos de interesse público.

Quanto ao matadouro que se mistura com o Coral, Medina, disse-nos que a CMB vai transferir o coral para a zona de N'Pantcha, para depois reestruturar o matadouro.

Aruna Jamanca

O ano legislativo que se findou o 1º da V Legislatura foi coroado de êxitos por aquilo que se conseguiu fazer.

Durante o ano legislativo-1994-1995, Assembleia Nacional Popular esteve reunida em sessão plenária cerca de 60 dias e 230 horas, tendo discutido e aprovado cerca de 30 diplomas.

Discutiu e aprovou os instrumentos jurídicos necessários ao funcionamento dos órgãos da ANP como aplicá-los na prática.

A Comissão Permanente funcionou em permanência. As Comissões Especializadas Permanentes, apesar da falta de espaço de trabalho, meios de transporte, tiveram um funcionamento regular. O Conselho de Administração bem como a Mesa, funcionaram razoavelmente.

Para a capacitação dos deputados foi organizado, em colaboração com os parceiros de desenvolvimento, algumas acções de formação ao nível do país. Nomeadamente o seminário em Janeiro financiado pela

ANP - balanço - 95 foi coroado de êxitos

União Europeia e um outro seminário pela UNICEF.

A ANP conta dentro brevemente, poder beneficiar de um financiamento, no valor de 250 mil ECU - destinados essencialmente para o reforço das capacidades do GAT e consequentemente da própria Assembleia.

No plano externo, a ANP esteve presente em numerosos fóruns internacionais, nomeadamente em Gabão e Dakar na Assembleia Paritária - ACP - UE em Quebec - (Canadá) - na Conferência Parlamentar da Francofonia em França - (Paris) - a convite da Assembleia e do Senado na Conferência dos presidentes de Assembleias de Língua Francesa e Colóquio sobre problemática do Desenvol-

► A mesa da presidência da ANP

vimento Económico em África.

Em Burkina Faso na União Parlamentar Africana na qual já pediu a sua adesão. Delegações da ANP participaram na Jornada Parlamentar em S. Tomé,

em Portugal na Conferência Internacional sobre Timor-Leste. Também participaram nas Conferência de Dinamarca sobre o Desenvolvimento Social, Paquistão Mulheres Muçulmanas., em Pequim - 5ª Conferência

sobre Mulheres e finalmente viagens aos Estados Unidos da América e Brasil.

É de salientar que foram financiados pelo USAID, TIPS, Embaixada de França, Portugal (Assembleia da República) e Embaixada do Paquistão em Dakar.

A ANP no decurso do ano legislativo 95/96 que ora começa, a atenção do Parlamento da estará centrada na conclusão da elaboração da legislação as eleições autárquicas, da lei da terra, além de outras iniciativas legislativas que certamente vão aparecendo. Concluindo torna se imperativo a dinamização da nossa Assembleia e para que tal aconteça teremos que criar as condições necessárias para o seu bom funcionamento.

Outras acções futuras prioritárias são a procura de espaço de funcionamento para as Comissões Especializadas Permanentes e Membros da Comissão Permanente, bem como a criação de um parque de viaturas da Assembleia, cujo objectivo será o de permitir os diferentes órgãos da ANP uma maior capacidade de mobilidade.

Do Governo, espera-se mais disponibilização dos meios necessários para o funcionamento da ANP.

Por outro serão continuadas acções de formação e capacitação iniciadas no ano passado, contando, sobretudo, com apoio da comunidade internacional. Assim, a realização do seminário sobre técnica da feitura de leis., a promoção de jornadas parlamentares como forma de provocar debates sobre temas que possam contribuir para o aumento de conhecimento dos deputados, viagens de estudos ao estrangeiro e recepção de delegações homólogas para troca de experiências.

Teve lugar, no dia 16 do corrente mês, na sede nacional do partido, em Bissau, uma reunião da Comissão Política da União para Mudança - UM, a qual foi alargada aos membros do Secretariado Nacional e do Conselho Nacional residentes em Bissau.

UM faz balanço da actual situação política nacional

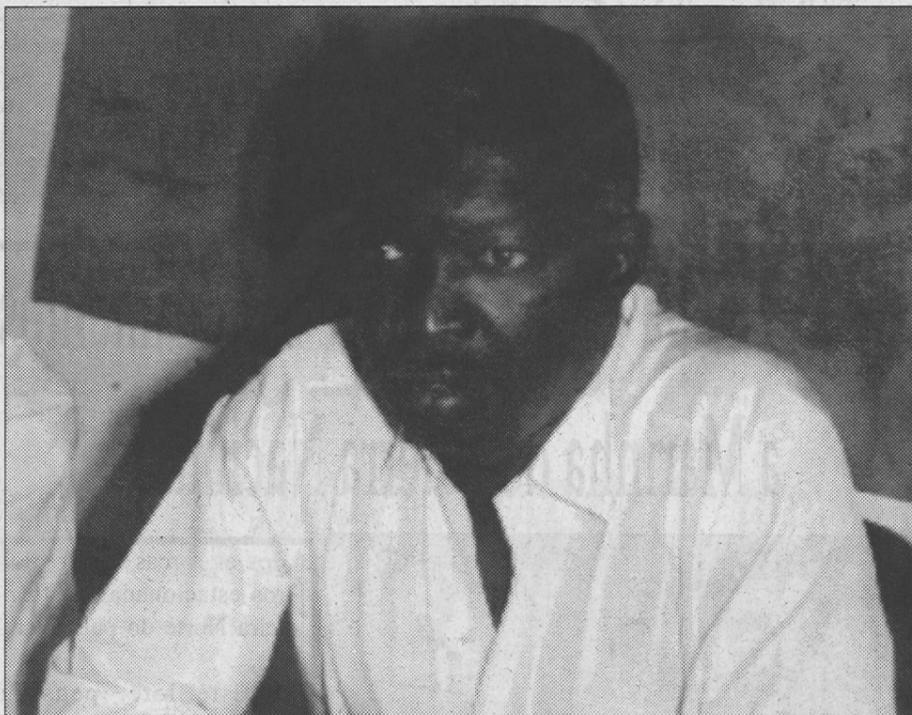
Na reunião procedeu-se ao balanço dos trabalhos da UM no ano que agora vai findar, nomeadamente das actividades desenvolvidas pelo Secretariado Nacional e pelo grupo parlamentar, bem como a análise da actual situação política nacional, a preparação da próxima reunião do Conselho Nacional e do I Congresso da União para a Mudança previsto para o primeiro trimestre de 1996.

Do balanço das actividades da Comissão Política da UM ressaltou o bom trabalho que o grupo parlamentar vem desenvolvendo na Assembleia Nacional Popular e os avanços conseguidos pelo

Secretariado Nacional a nível da implantação das estruturas, informação e apoio ao grupo parlamentar.

No entanto a Comissão Política recomendou que, tanto o grupo parlamentar como o Secretariado Nacional que, no conjunto das suas actividades, passassem a dar uma atenção especial à preparação das eleições autárquicas, tanto no seu aspecto legislativo como ao da preparação das condições no terreno para a participação da UM.

Da análise da actual situação política a Comissão Política da União para a Mudança manifestou a sua preocupação face a evolução do conflito do Cassamance, as recentes violações do nosso território com o assassinato e raptos de cidadãos guineenses sem que tivesse havido qualquer resposta firme por parte das nossas autoridades e o envolvimento crescente da Guiné-Bissau no conflito ao lado de uma das partes.



► A UM considera que a única solução possível do conflito do Cassamance é política e passível de se atingir através do diálogo e que a Guiné-Bissau deve manter uma posição de

absoluta neutralidade no conflito, agindo com firmeza para impedir a violação do seu território por qualquer das partes envolvidas no mesmo e reiterando a sua disponibilidade de continuar

a mediar o conflito na procura de uma solução, caso ambas as partes aceitem essa mediação.

A Comissão Política da UM face à recente suspensão temporária da RTP1

decidida pelo ministro da Comunicação Social para impedir que os cidadãos guineenses pudessem ver uma reportagem sobre o nosso país emitida por essa estação de televisão portuguesa, lamentou e condenou o acto por considerá-lo como de pura censura e de flagrante violação das disposições constitucionais no capítulo dos direitos e liberdades dos cidadãos e da lei de imprensa em vigor na Guiné-Bissau.

Em relação à explosão do paiol de Cufar, a Comissão Política da UM deu instruções claras ao Secretariado Nacional no sentido de continuar a apoiar de perto o evoluir do caso, nomeadamente através da concretização do apoio em assistência jurídica às famílias dos sinistrados no tribunal onde foi apresentado o caso ou na introdução de uma queixa crime contra os responsáveis do presumível caso de crime de homicídio involuntário, caso o processo não seja encaminhado com celeridade para os tribunais.

Finalmente, a Comissão Política da União para a Mudança decidiu convocar a reunião do Conselho Nacional do partido que se realizará em Bissau, nos dias 19 e 20 de Janeiro próximo.

Para atingir as metas traçadas no programa, o Governo prevê grandes intervenções financeiras neste sector. A intervenção do Governo aqui é uma necessidade vital aliás é condição "sine qua non" tendo em conta a data de avaliação do referido projecto, dos factores da erosão e de preços entre outros.

O projecto que tem como objectivo o saneamento da cidade de Bissau em água potável, entre outros, e foi avaliado em Janeiro de 1988, tendo orçado em 6,58 milhões de Unidade de Conta do FAD - Fundo Africano de Desenvolvimento. O acordo de crédito foi assinado em Maio de 1989. Pensava-se que o projecto podia arrancar em 1990 e o mais tardar até 1991 logo depois de assinatura da concessão do crédito. Mas as circunstâncias da dívida atrasada da Guiné-Bissau e o cumprimento de condições da sua entrada em vigor, levaram com que o país uma vez afecto pelas sanções do BAD não foi possível realizar as obras previstas. Aliás todos os projectos que a Guiné-Bissau tinha na carteira encubada estavam suspensos, inclusive este projecto. Este foi a razão principal que fez com que as obras da valeta de Belém não entrasse em vigor, na fase de execução no princípio de 1991. Mas em 1993, apesar da suspensão do projecto pelo BAD, conseguimos lançar um concurso de componentes de fornecimento de equipamentos. E entre os equipamentos previstos no fornecimento figuram ferramentas para a reparação das redes de água e de fornecimento de meios para o funcionamento da Direcção de Água da EAGB, equipamen-

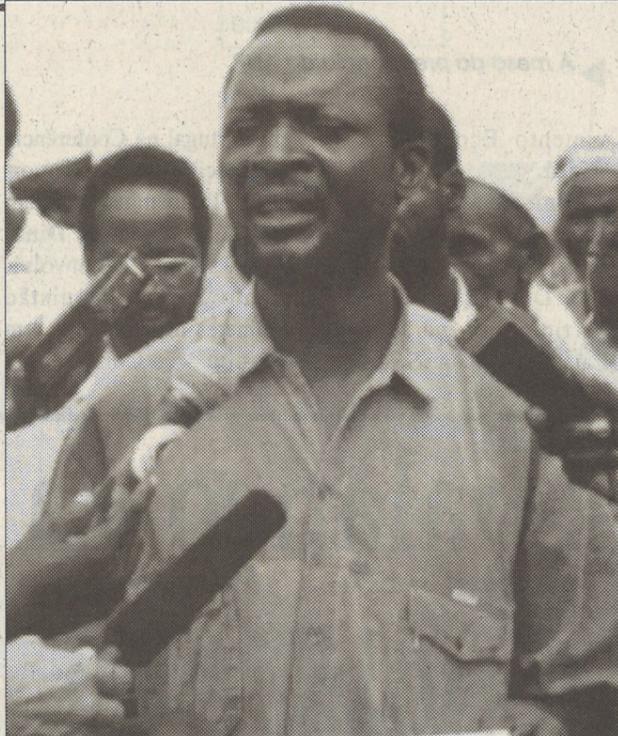
As obras da valeta de Bairro de Belém arrancam no primeiro trimestre de 1996. O projecto tem todas as condições reunidas para a sua execução, confirmou o ministro de Equipamento Social, Armando Napoco. No âmbito de saneamento da cidade de Bissau, o ministro adiantou que vários projectos estão incluídos no quadro de BAD (Banco Africano de Desenvolvimento) vão ser executados no próximo ano.

Bairro de Belém Obras de terraplanagem arrancam em 1996

tos destinados a limpeza da cidade de Bissau, e outros para CMB (Câmara Municipal de Bissau), assim como equipamentos para o controlo do nível friático, diz Armando Napoco, adiantando que o fornecimento dos equipamentos para execução do projecto está a cargo da empresa Herculano que ganhou o concurso.

Portanto, no fim de 1993 e princípios de 94 o país conseguiu, depois das eleições e a formação do novo governo, colmatar a situação da dívida através dos países amigos junto ao BAD. E segundo uma informação do ministro de Cooperação Internacional, a Suíça e a Holanda estão dispostos a solucionar o problema dos atrasados da dívida que a Guiné-Bissau tem com o BAD. A condição está assim normalizada e neste momento, o projecto básico tem todas as condições reunidas para poder arrancar, afirmou o ministro da Equipamento Social.

O caso da dívida está



▶ Armando Napoco
Ministro do Equipamento Social

portanto ultrapassado e neste momento se encontra no nosso país a segundo uma missão do BAD para analisar as previsões da situação dos componentes do projecto

afim de que as obras do referido possam iniciar-se logo no primeiro trimestre de 1996 indicou o titular da pasta.

O governo qualifica

importante este projecto que trata dos problemas de abastecimento de água, de melhoramento das condições higiénicas e de saneamento.

Para garantir uma melhor provisão de água potável a capital, o ministro revelou que está previsto a instalação de redes de interligação entre os depósitos existentes na capital. Ele apontou, por outro lado, a construção de um novo depósito de água no alto Bandim.

O plano de saneamento abrange a construção das valetas de Volvo ao lado da antiga fábrica de Bambi, de Santa Luzia, da Avenida Pansau Na Isna, a valeta de Bandim etc. Para o ministro Armando Napoco, o problema da Av. Pansau Na Isna nunca será resolvido enquanto não for construída uma conduta (valeta) que vai até ao mar.

É de salientar que o projecto considerado prioritário não foi executado no prazo fixado, o que originou alguns aspectos negativos orçamen-

tos. Os custos aumentam conforme demora a sua execução. O factor de tempo mobiliza o nosso Governo a realizar importantes intervenções no sector, porque as verbas concedidas não vão cobrir nem a metade de 1/3 das obras previstas. Intervenções idênticas foram feitas durante as obras de construção das estradas Bissau-Prábis, Bissau-Biombo, Caracol-Cicer. Neste mesmo sector, o procedimento do Projecto de Melhoramento dos Bairros de Bissau merece um louvor. Ele conseguiu realizar vários fontenários e redes de esgotos condenados a desaparecer devido a sua má utilização pelos moradores da nossa capital.

Sempre no âmbito de saneamento, está agendada a realização das infra-estruturas urbanas, a construção de passeios, ruas, escolas e chegada de novas jangadas. Ainda há possibilidade de lançamento de novos concursos de construção. E para o Governo, 1996 será um ano de grandes realizações, um ano com amplas perspectivas.

Instado a pronunciar-se sobre a participação dos concorrentes para a execução das obras da referida valeta, o ministro de Equipamento Social diz que participaram cerca de dez empresas nacionais e estrangeiras, abstendo-se de revelar a empresa vencedora. Mas adiantou que um relatório elaborado está a ser examinado para apurar as empresas com melhor classificação.

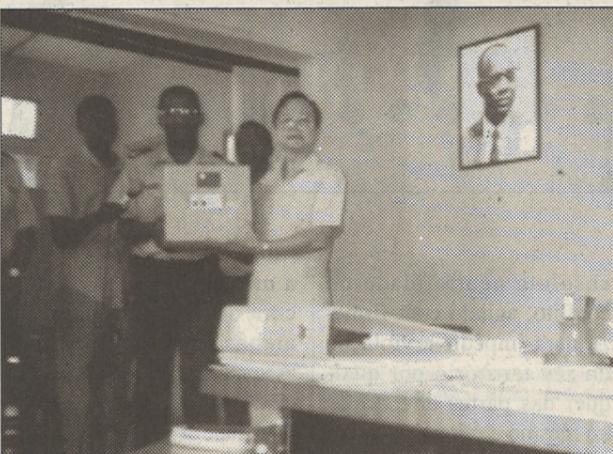
O projecto é coordenado pelo Ministério de Equipamento Social em colaboração com o Ministério de Recursos Naturais e Indústria.

Por: Ussumane Conate

A Marinha de Guerra Nacional beneficiou dum lote de medicamentos fornecido pela Missão Médica da República da China na República da Guiné-Bissau.

A cerimónia de entrega foi feita pelo senhor Lay Seng-Jung, Secretário desta Embaixada, em representação do embaixador da República da China, no quartel da Marinha de Guerra Nacional em Bissau, terça-feira, 26 de Dezembro de 1995. Os medicamentos ora recebidos, serão destina-

República da China concede medicamentos a Marinha de Guerra Nacional



▶ Senhor Lay Seng-Jung, secretário da Embaixada da República da China, entregando medicamentos.

dos as forças dos fuzileiros estacionadas na fronteira Norte do país (Varela).

Este lote, pensa o diplomata chinês, irá colmatar a lacuna existente em termos de medicamentos, verificados neste ramo das Forças Armadas.

Segundo o capitão de fragata, Mohamed Lamine Sanhá, vice-chefe do Estado-Maior da Marinha Nacional, este gesto sim-

boliza a boa cooperação existente entre os nossos dois países. Os medicamentos recebidos irão ser empregues para salvaguardar a saúde dos nossos fuzileiros e agradeceu a boa vontade desta Embaixada em continuar a dar seu apoio e especial atenção não só a Marinha de Guerra mas sim a todos os ramos das Forças Armadas.

Presenciaram o acto da entrega o capitão-tenente, Abdel Cader Seidi, os sub-Tenentes Augusto Fernandes, Diamantino Nogueira e Mário Cissé.

Mudança de nome

Crispina Mendes Lopes dos Reis, Conservadora do Registo Civil da República da Guiné-Bissau, em Bissau.

Nos termos da alínea b) do nº1, do artigo 368º do Código do Registo Civil, faço saber que Maram Baldé, solteira, maior de vinte e um anos de idade, natural de Bissau, Região de Bissau e residente em Bissau filha de Nandim Baldé, requereu a alteração de composição do seu nome fixado no seu assento de nascimento para Mariama Baldé.

São por isso convidados todos os interessados insertos a deduzirem a posição que tiverem no prazo de trinta dias à contar da última publicação deste anúncio no jornal "Nó Pintcha".

Conservatória do Registo Civil de Bissau, aos 15 dias do Mês de Dezembro do ano de mil e novecentos e noventa e cinco.

A CONSERVADORA

NÔ PINTCHA - Domingo, 31 de Dezembro de 1995

Após um renhido braço de ferro entre os diferentes Sindicatos do país e o Governo eis que no final de 1995 os dois beligerantes decidem enterrar o machado de guerra com a assinatura de um Protocolo de Acordo, conseguido dificilmente, segundo ambos os lados, e perspectiva melhores condições, caso seja posto na prática e seja cumprido, aos funcionários públicos.

Com efeito, nove Sindicatos e o Executivo decidiram retomar, entre outras e a partir do próximo ano, negociações com vista a melhorar a grelha salarial e a fixação de salários mínimos nacionais em função das propostas contidas no caderno reivindicativo apresentado pela UNTG a 3 de Agosto findo. Dada a importância do documento, o Nô Pintcha decidiu publicá-lo na íntegra.

Aos 27 dias do mês de Dezembro de mil novecentos e noventa e cinco, nesta cidade de Bissau e na sede da União Nacional dos Trabalhadores da Guiné reuniram-se as delegações da UNTG, Sindicatos subscritores da convocação da greve, dos Ministérios da Administração Pública e Trabalho e das Finanças, representados, respectivamente pelos senhores Do-mingos Cardoso, presidente da comissão de Negociação, Higinio Lopes Cardoso, Director-Geral da Administração Pública e Rui Ferreira, Chefe de Gabinete do Ministro das Finan-

Governo e Sindicatos rubricam protocolo de acordo

cas.

Em resultado das referidas negociações, as partes acordaram a assinatura do PROTECOLO DO ACORDO, subordinado as cláusulas seguintes:

O Governo, na prossecução da sua política no domínio dos Recursos Humanos, compromete-se a promover uma melhoria da situação dos funcionários e agentes públicos, nomeadamente nos seguintes domínios:

I- QUESTÃO SALARIAL

a) - Retomar a negociação salarial a partir do mês do Janeiro de 1996.

b) A base das negociações centra-se-á na definição da grelha salarial e de outros benefícios, bem como na fixação dos salários mínimos nacionais em função das propostas contidas no caderno reivindicativo apresentado pela UNTG no dia 3 de Agosto do ano em curso e tendo em atenção os resultados obtidos com o licenciamento e recenseamento dos efectivos da Função Pública,

bem como os compromissos assumidos com os parceiros de desenvolvimento.

c) - Proceder ao pagamento dos salários dos funcionários públicos, o mais tardar até ao dia 10 do mês seguinte ao vencido.

II- QUESTÃO DA ACCÇÃO SOCIAL

a) - Institucionalizar, através do decreto Lei, o Conselho Permanente de Concertação Social. (Governo - UNTG - Empregadores). (1º Trimestre de 1996).

b) Aprovar o projecto de decreto sobre a assistência médica e medicamentos dos trabalhadores da Função Pública, ouvindo o parecer do Ministério das Finanças, (1º Trimestre de 1996).

c) - Aprovar o projecto do decreto sobre subsídio de isolamento dos Trabalhadores da Função Pública colocados em zonas isoladas ou de difícil acesso.

d) - institucionalizar o pagamento de uma para os Trabalhadores falecidos da Função Pública, bem

como um subsídio de luto de 6 (seis) meses aos familiares do falecido, incluindo todas as prestações pecuniárias que o trabalhador vinha auferindo a data do seu falecimento.

e) - Recomendar a comissão criada para o efeito a apresentação dos resultados dos trabalhos sobre a implementação de sistema de passe-social para utilização de transportes colectivos a favor dos funcionários públicos e seus filhos estudantes, (até Janeiro de 1996)

- Em caso da impossibilidade da situação desta medida, estudar-se-á a possibilidade de atribuição de um subsídio de transporte.

f) - Redução dos valores propinas para os filhos dos trabalhadores

- categoria das letras J a M — 50%

- categoria das letras N a Z — 90%

g) proceder a revisão do montante fixado para abonos de família, ouvindo parecer da UNTG (a partir de Janeiro de 1996).

III- QUESTÃO ECONÓMICA

a) - Assumir com maior responsabilidade a aplicação das medidas de contenção e consequentemente redução da inflação, por forma a combater os preços especulativos dos produtos de primeira necessidade, dado o seu impacto social na vida dos trabalhadores.

b) - A UNTG propõe a introdução do artigo 20º do Decreto-Lei Nº 5/92 de 10 de Agosto (LEI QUADRO DAS PRIVATIZAÇÕES), o seguinte:

"Definir o prazo de liquidação das indemnizações dos trabalhadores das Empresas privatizadas". (Durante o 1º trimestre de 1996);

c) - Dar prioridade à compra de acções pelos trabalhadores de empresas a privatizar;

d) - Dar maior celeridade, no licenciamento voluntário dos trabalhadores da Administração Pública;

e) Converter as poupanças provenientes desse licenciamento voluntário na melhoria efectiva de salários reais.

2a. - Pelo incumprimento das cláusulas constantes no presente protocolo, pelo Governo, à UNTG e os Sindicatos, reservam-se ao

direito de desenvolver acção reivindicativa.

3a. - Este acordo vincula os seguintes Sindicatos:

- Sindicato Nacional da Função Pública

- Sindicato Nacional da Função Pública

- Sindicato Nacional da Energia e Indústria

- Sindicato Nacional do Comércio, Serviços e Gastronomia

- Sindicato Nacional da Agricultura, Pecuária, Pesca e Florestas

- Sindicato Nacional da Educação, Cultura e Desportos

- Sindicato Nacional da Construção Civil

- Sindicato Nacional dos Marinheiros

- Sindicato Livre dos Correios e Telecomunicações

- Sindicatos Nacional dos Enfermeiros, Técnicos de Saúdos e afins.

4a) - Por assim se terem acordado e para constar, lavraram o presente PROTECOLO DE ACORDO que vai ser assinado pelos Representantes das Delegações, devidamente credenciados para o efeito.

O Secretariado Nacional da União dos Trabalhadores da Guiné-Bissau (UNTG) considerou de bastante positivas as acções levadas a cabo durante o ano ora findo (1995), não obstante algumas dificuldades que esta instituição atravessa.

As actividades desenvolvidas por esta organização apresentadas, aos presidentes dos sindicatos filiados na União, chefes de departamento, delegados das zonas, secretários regionais, pelo seu responsável máximo Desejado Lima da Costa, através de um relatório debruçou sobre três áreas principais, as acções desenvolvidas durante o ano ora findo assim como as perspectivas para o ano de 1996.

Assim, no decurso do encontro, que teve lugar nos dias 18 e 19 do corrente, os participantes consideraram que tudo o que consta no relatório transpira um elevado grau de responsabilidade e empenho do colectivo do secretariado, o que vem confirmar mais uma vez, a maturidade e o saber fazer dos sindicatos que hoje

UNTG quer Conselho Permanente de Concertação Social

têm a nobre e exaltante missão de representar a maioria dos trabalhadores guineenses e, por conseguinte, promover e defender os seus interesses.

Este reconhecimento passa pelos acções do primeiro responsável desta organização defensora da massa trabalhadora e em geral a todo o secretariado, tendo tal merecido as felicitações de todos os estiveram presentes nesse encontro.

Ao mesmo tempo exortaram as demais estruturas sindicais da UNTG a se inspirarem no exemplo do Secretariado Nacional que, graças a sua coesão interna e dinamismo dos seus elementos, conseguiu importantes resultados a favor dos trabalhadores guineenses.

No que concerne a necessidade da criação de um espaço de diálogo e conversação regular entre o Governo e seus principais parceiros sociais, em particular os Sindicatos e, tendo em linha de conta que os dois pressupostos atrás referidos são necessários e indispensáveis para criação de um clima de estabilidade e paz social, os presentes da reunião decidem:

Recomendar ao Governo que acione os mecanismos que permitam a criação de um Conselho Permanente de Concertação Social nos princípios do próximo ano.

Por outro lado, os participantes solicitaram ao Governo que possibilite a participação de todas os interessados na definição de um quadro regulado de funcionamento do Conselho.

Os quadros da UNTG, reunidos de 18 a 19 do corrente, consideram que o Governo só pode regular os salários compatíveis com o custo de vida se conseguir arrecadar receitas suficientes, o grosso da qual provem dos impostos pagos pelas empresas e, tendo em conta que se verifica a fuga delirada ao fisco por parte da maioria daquelas, o que tem deixado os cofres públicos completamente vazios, os mesmos recomendam:

Que Governo adopte medidas de controlo mais eficazes e rigorosas por forma a evitar semelhantes comportamentos por parte dessas empresas, ainda que sejam duramente penalizados as empresas envolvidas em tais práticas acima citadas.

A luta para um reconhecimento e por conseguinte a sua adesão a algumas dessas instituições internacionais, como da Confederação Internacional de Sindicatos Livres (CISL) o que prometera a UNTG receber a vinda de uma delegação dessa organização ao país com vista a se inteirar da realidade sindical nacional.

Apelaram ainda a realização das Assembleias de base, conferências regionais e conselhos regionais dos sindicatos filiados na União, assim como o Conselho Central para o balanço das actividades desenvolvidas e perspectivarem acções para os próximos tempos.

A situação económica e financeira da central sindical que nos últimos tempos tem vivido apenas de subsídios que recebe do Governo e que mal chega para fazer face as suas necessidades de funcionamento, constitui outra preocupação debatida pelos participantes no encontro das direcções da UNTG.

Na tentativa de uma possível saída dessa situação a direcção de central sindical aposta na Policlínica que, conforme o relatório para além

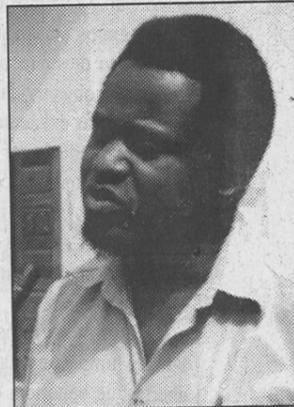
de possuir uma componente social, pode também gerar receitas que se espera venham a contribuir para minimizar as dificuldades financeiras da União.

Nesse âmbito os participantes decidiram exortar o secretariado nacional a prosseguir a sua ofensiva com vista a encontrar parceiros interessados em participar na exploração e rentabilização desta unidade hospitalar.

A formação de um trabalhador como uma estratégia indispensável para uma produção eficaz e qualificada mereceu a atenção do encontro sindical.

Nesta ordem de ideias a sua paralização de há tempo a esta parte põe em causa em parte o programa da UNTG assim decidem recomendar que sejam retomadas as actividades da mesma a partir do próximo ano.

O relançamento dos sindicatos filiados na União por forma a torná-las funcionais e activos, que seja promovida uma reunião entre todos os presidentes sindicais filiados da UNTG e o Secretário-Geral para análise dos factores de estrangulamento



► Desejado Lima Secretário-Geral da UNTG

das actividades sindicais, mereceram a atenção no relatório balanço desta organização.

Finalmente os participantes recomendaram a criação de uma Comissão organizadora do 35º aniversário da fundação a ser assinalada no próximo ano.

Igualmente a criação de cooperativas de consumo para as actividades e dirigentes sindicais que mais seriamente se dedicam às actividades da organização para o qual os acessos serão mediante cartões de sócios e a estas mesmas cooperativas teriam acessos os trabalhadores e sindicalistas, foi recomendado.

Simão Abina

Caros Compatriotas,

Cidadãos estrangeiros residentes na Guiné-Bissau,

Neste momento em que se anuncia um Novo Ano, em todos os quadrantes da terra, os homens amantes de paz aspiram por um mundo melhor onde a miséria e a guerra dêem lugar ao progresso e a concórdia.

O nosso povo compartilha dessas mesmas esperanças!

Sobretudo, por elas vem lutando com notável coragem e espírito de sacrifício pelo que é merecedor dos mais sinceros votos de sucesso no nosso combate.

Compatriotas,

Como Chefe de Estado é a segunda vez que tenho o privilégio de dirigir a Nação votos de novo ano, após as eleições de 1994.

Não posso deixar de recordar que, em 1994, vivíamos, com grande confiança, o histórico momento das eleições democráticas pluripartidárias, esperanças que elas iriam abrir um novo ciclo na vida do país anunciador de uma nova dinâmica no processo da Reconstrução Nacional.

Dirigi, nessa altura, uma mensagem a Nação na qual exprimia essa confiança e lançava um apelo a concórdia nacional, a honestidade, ao trabalho, ao rigor, a responsabilidade e a responsabilização como atributos indispensáveis para atingirmos os nossos objectivos.

Neste momento em que nos interrogamos sobre o caminho percorrido e revemos com satisfação os êxitos alcançados, é também nosso dever reconhecer com coragem e objectividade as falhas e as carências existentes.

Um grande factor de alegria e orgulho nacionais é constatar que a democracia multipartidária avança, com maiores ou menores dificuldades, mas avança de forma segura e irreversível.

Hoje, possuímos na Guiné-Bissau uma sociedade plural e aberta que beneficia da liberdade de ideias e de participação e com acesso aos mecanismos políticos e jurídicos que permitem a qualquer

cidadão lutar para que os seus direitos sejam reconhecidos e respeitados.

Ilustra o avanço da nossa democracia a maneira como, fundamentalmente, a Assembleia Nacional Popular tem vindo a funcionar.

Ela é hoje um fórum no qual os partidos políticos, sejam da maioria ou da oposição, procuram demonstrar que a liberdade política, exercida com responsabilidade, não constitui um factor de instabilidade, mas, sim um estímulo para a correcção e a mudança assumidas pacificamente a nível nacional.

Queria encorajar a Assembleia, os partidos políticos, as organizações profissionais a prosseguirem nessa via, a única que pode evitar as convulsões e os conflitos que prejudicam o país na sua totalidade.

É neste espírito que os poderes do Estado, particularmente a Assembleia, o Governo e a Justiça, deverão analisar todas as questões, particularmente as mais delicadas.

Será ainda nesse espírito que deverão ser tratadas questões fundamentais, como por exemplo a futura Lei da Terra a qual propõe um novo ordenamento jurídico da posse e da utilização desse principal factor material do nosso desenvolvimento: - a terra.

As exigências de criação de bases para uma agricultura moderna, essencial para o país, passam por um quadro jurídico que conjuge de forma harmoniosa, tudo o

Mensagem

"E nosso dever reco

objectividade as falha

que de positivo existe nas nossas tradições, com os preceitos de um direito moderno, realista e objectivo, realista e objectivo.

Caros compatriotas,

Há, pois, razões de satisfação pelo facto da sociedade guineense estar a afirmar, progressivamente, um comportamento de maior exigência pela legalidade e pela igualdade, de crescente repúdio da violência, seja ela política ou criminal, de maior apreço pela tolerância e pelo diálogo como modelos de convivência e forma de resolver os nossos problemas colectivos.

Entretanto, não podemos, nesta ocasião, deixar de expressar alguma preocupação quanto a crise económica e social que o país atravessa.

Tive esperanças que as provas de maturidade dadas pelo nosso povo, aquando das eleições,



► Jacques Chirac e Nino Vieira: a cooperação franco-guineense tem conheci



iriam reflectir-se favoravelmente na nossa economia, criando, particularmente, um maior dinamismo por parte dos nossos operadores e mobilizando maiores investimentos externos.

O ano de 1995 poderia, assim, ter-se tornado num valioso ponto de partida para emprendermos uma estratégia de desenvolvimento económico, visando dar respostas progressivas as exigências de bem estar

e justiça social com base em responsabilidades que não atem contra os equilíbrios fundamentais da economia e da sociedade.

Infelizmente, a realidade aquém das nossas expectativas

O Fim de Ano Reconhecer com coragem e as carências existentes"



em satisfação das necessidades da sociedade e do indivíduo.

Quando sabemos que muitos factores externos - que não podemos controlar - afectam tão negativamente as economias dos países em desenvolvimento, em particular os africanos, mais do que nunca é necessário responder com rigor e eficácia as situações que dependem da vontade e da capacidade dos responsáveis nacionais.

A resposta para os nossos problemas é administrar bem, com rigor, eficácia e competência, associando todos os sectores da sociedade em volta de propostas política, económicas e sociais credíveis e capazes de mobilizar as nossas populações.

Devemos reconhecer que temos um problema nacional de desenvolvimento económico e social que só poderá ser resolvido com a conjugação dos esforços de toda a sociedade.

Nessa perspectiva, cabe, entretanto, ao Governo uma responsabilidade

particular que só poderá ser assumida integralmente se os critérios de capacidade, competência, rigor e sentido de servir se sobrepuserem a todo e quaisquer outros motivos.

A sociedade exige uma governação rigorosa, eficiente, transparente que tenha como critério fundamental para o exercício do poder público a competência.

Como Chefe de Estado, incumbem-me o dever de alertar aos órgãos do poder e a população que me elegeu para os problemas com que o país se confronta.

Nesta ocasião, tal como há pouco mais de um mês o fiz, em Bafatá, durante as comemorações do 14 de Novembro, quero reafirmar a premente necessidade de se introduzir sérias transformações no executivo e em lugares cimeiros da administração no sentido de o nosso país dispôr da governação transparente, competente, rigorosa que o nosso povo merece.

Como Chefe de Estado e sem imiscuir-me na actividade governativa, mais usando de forma correcta e consequente os poderes que a Constituição me confere, tudo farei para que tal aconteça.

Caros compatriotas,

Com as emendas constitucionais aprovadas na última sessão da Assembleia Nacional Popular, vamos poder realizar, no decorrer de 1996, as eleições autárquicas com as quais fecharemos o ciclo de consultas democráticas abertas, em 1994, com as eleições presidenciais e legislativas.

Com este acto, daremos um passo de transcendente importância no processo de participação das populações na gestão dos assuntos que mais directamente influem no seu dia-a-dia.

Estou seguro que essas vão constituir mais oportunidade para que, a imagem de 1994, o nosso povo continue a dar provas da sua maturidade, agindo com civismo e sentido do interesse social.

Compatriotas,

Cidadãos estrangeiros residentes na Guiné-Bissau,

Numa situação global geradora de tensões económicas, políticas e religiosas, susceptíveis de minar a paz e a segurança internacionais, o ano de

1995 trouxe certamente ao mundo novas razões para crer que é possível criar e preservar as condições de convivência pacífica entre os povos. A feliz evolução dos acontecimentos no Médio-Oriente e na Bósnia são exemplos animam a nossa convicção.

Amante da paz, o nosso povo sabe que nenhuma obra válida poderá ser construída, e perdurar, se não forem eliminados os factores de injustiça e desigualdade que mantêm em sofrimento tantos povos da terra.

Será animado por essa convicção, mas também confiante no espírito de responsabilidade dos dirigentes políticos e na capacidade dos povos de recorrerem a solução pacífica dos diferendos que o meu país vai ocupar o lugar de membro não permanente do Conselho de Segurança para o qual foi eleito na presente sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas.

Compatriotas,

Nesta ocasião em que a grande família guineense vive de forma mais intensa o sentido da Unidade Nacional, o pensamento de todos nós volta-se, de forma especial, para os nossos irmãos que, espelhados pelo mundo, afirmam, noutras paragens, a nossa identidade e, com o seu trabalho, procuram dar um contributo para a reconstrução do país.

Compatriotas,

Que no quadro da paz e solidariedade entre os povos, o ano de 1996 traga avanços para a nossa terra e muitas prosperidades para os guineenses assim como para todos aqueles que, originários de outros países, labutam, na obra da Reconstrução Nacional.

Que o novo ano de 1996 veja reforçada a unidade e a solidariedade nacionais e que, na via do trabalho e da concórdia, prossigamos, com determinação e entusiasmo, a nossa marcha exaltante para novas e decisivas vitórias.

Obrigado.



Factos positivos

economia não melhorou substancialmente.

Continuamos, assim, com um quadro económico financeiro que se caracteriza por uma grande instabilidade cambial e de preços.

Estes factores, particularmente, travam as actividades produtivas e comerciais, penalizando assim todo o país, nomeadamente as camadas mais desprotegidas da sociedade.

Continuamos, dessa forma, com

dificuldades em criar as condições necessárias para que a política económica e a política social confluam numa só estratégia a qual se baseia fundamentalmente na criação prévia da riqueza e na sua posterior distribuição

O ano que ora findou ficou marcado, indiscutivelmente, com importantes vitórias contra o banditismo. 11 ladrões foram mortos pelas autoridades policiais na maioria dos casos, com a boca na botija. Mesmo assim, os assaltos à mão armada multiplicaram-se e alastraram-se de cidade para o campo. O Primeiro-Ministro inviabilizou um seminário para polícias e guardas prisionais em Maio último. Não obstante essa nódoa, de resto, o relacionamento entre a LGDH e o Governo tem sido boa. A LGDH promete, recolher mais informações concernentes ao "caso" da Georgina Martins julgada e condenada no Líbano por ter sido acusada de assassínio.

Uma outra nódoa deste Governo refere-se a promoção dos oficiais acusados na morte do cidadão Ussumane Quadé, que até aqui não foram julgados por um Tribunal.

As campanhas de sensibilização promovidas pela LGDH, através de seminários, palestras, conferências e reuniões de reflexão, pouco a pouco vão dar corpo à ideia do respeito dos Direitos Humanos na Guiné-Bissau, que passa pela tolerância, respeito mútuo e compreensão, como alguém já fraseou.

O combate ao consumo e a venda da droga, a prepotência das autoridades, sobretudo no interior do país, com maior incidência, a promoção dos Direitos da Mulher e da Criança são outras acções ainda por limar as aristas.

No fundo, foi um ano com significativos progressos em matéria dos Direitos Humanos, graças ao empenho da LGDH, a colaboração das outras ONGs e alguns membros do Governo sensíveis a esses problemas.

Mas para evitarmos mais delongas vamos pôr os acontecimentos em matéria dos Direitos Humanos, na Guiné-Bissau, em termos retrospectivos, quer no plano externo quer no plano interno a falarem só por si.

1995 - Ano de vitórias contra o banditismo

RELAÇÕES LGDH - GOVERNO

O presidente da Liga em jeito de balanço de cooperação entre esta organização, outras ONGs e o Governo afirmou que têm sido "cordiais" as relações de amizade e de trabalho, destacando-se a RÁDDA BARNEN AMIC e CIOJ". Tivemos inclusive algumas acções conjuntas (implementação da Convenção dos Direitos da Criança, entre outras) e pensamos continuar a alargar a outras ONGs nacionais e estrangeiras.

Fernando Gomes elogiou a criação do Fórum das ONGs que constitui um acontecimento importante na vida das Organizações não Governamentais. A LGDH colabora com a Faculdade de Direito de Bissau, FDB, na informação, sensibilização da opinião pública nacional de questões em matéria dos Direitos Humanos.

No que concerne às instituições públicas eis a reacção do presidente da Liga: "A nossa organização tinha muita expectativa desse Governo de Saturnino Costa. Infelizmente, não obstante existir muitas pessoas no actual executivo com sensibilidades aos problemas dos Direitos Humanos, continuámos a deparar com obstáculos de ordem institucional impostos pelo Primeiro-Ministro". No fundo, as relações com esse Governo, até certo ponto, não são más, embora estejam aquém do desejável. "O Primeiro-Ministro, lembra Fernando Gomes", inviabilizou a realização de um seminário de formação destinado aos polícias e guardas prisionais, facto que justifica, alguns sobressaltos, no relacionamento entre aquela ONG vocacionada na promoção dos Direitos Humanos com o Governo de Saturnino Costa.

Para LGDH aquela atitude é inadmissível. Enquanto que os outros chefes de Estado nos PALOPs não só vêm com bons olhos iniciativas do género, mas ainda, solicitaram a realização dessas acções nos seus respectivos países. Na Guiné-Bissau foi bem diferente.

Gostaríamos de apelar ao Governo no sentido de colaborar com a nossa organização na luta pela promoção dos Direitos Humanos neste país. Fernando Gomes lançou o repto ao prometer que aquela organização está disposta e vai trabalhar nesse sentido de diálogo com todas as instituições, inclusive o Governo.

RETROSPECTIVAS EM DETALHES



► Djibril Dansó: Uma das vítimas do banditismo

Deitemos o olhar para trás, numa breve retrospectiva daquilo que a LGDH fez quer no plano interno ou a nível internacional.

Para isso, nada melhor que começar em Dezembro passado que marcou uma etapa importantíssima na vida daquela organização. Foi em Dezembro passado que a LGDH organizou o seu primeiro congresso ordinário, tendo reeleito Fernando Gomes para o cargo de presidente da LGDH, dez membros do Conselho Executivo e o Conselho Nacional. Na altura procedeu-se a profundas alterações aos Estatutos daquela organização.

Janeiro - Plano Nacional: LGDH e a Radiodifusão Nacional fizeram as pazes. Deputados guineenses beneficiaram de uma acção de formação organizada pelo Parlamento em estreita colaboração com a Comissão Internacional dos Juristas, CIJ, num dos hotéis da capital.

Guiné-Bissau foi admitida na Federação Internacional dos Direitos Humanos, através de um congresso realizado em Espanha, em que a LGDH tomou parte. Ainda em Janeiro um emigrante guineense foi morto pelo seu patrão em Portugal.

Plano internacional - A Amnistia Internacional publicava o seu Relatório anual condenando as atrocidades em vigor na Bósnia, Somália e no Médio Oriente, sem deixar de fazer algumas referências importantes ao aumento considerável de sumissos (desaparecimento de pessoas sem deixar rastros) sobretudo na América Latina.

Fevereiro (Nacional) - LGDH promoveu campanhas de sensibilização em todo o país.

Em Bafatá, o presidente regional dava garantias em apoiar a delegação da Liga nas suas actividades em matéria dos Direitos Humanos.

O fenómeno de Uducalóm Sampa sai definitivamente do

anonimato, através de denúncias feitas pelas vítimas junto à LGDH.

Um criminoso levava uma pena máxima por ter assassinado um outro homem com catana. Neste momento ele purga a sua pena de 25 anos de prisão e vai pagar um imposto de Justiça no valor de 310 milhões de pesos favor da viúva.

Plano exterior - Dakar acolheu a primeira sessão africana do Observatório das Prisões na qual a LGDH tomou parte.

Ainda no âmbito internacional referente ao mês de Fevereiro, importa recordar as críticas feitas pela Amnistia Internacional à Whashington, o degradar das prisões zairenses, a violação dos Direitos Humanos na Mauritânia.

Março (Nacional) - Numa marcha pacífica de protesto a população de Bissau saiu à rua para repudiar as práticas nefastas do Raimundo Oliveira, vulgo "Uducalóm Sampa". O editor do Jornal "Correiros de Bissau", João de Barros foi esbarrado no Aeroporto Internacional de Bissalanca quando viajava para Cabo Verde e na sequência da qual foi alvo de espancamentos pelos agentes policiais do Ministério da Administração Interna.

Quinara: Autoridades e a delegação da Liga local decidiram cooperar na Defesa dos Direitos Humanos.

Associação Brame (Mananhes) - Apoiou Liga no combate ao fenómeno "Uducalóm Sampa" e incitou ao Governo de Saturnino Costa a tomar as suas responsabilidades governativas.

Caio: Jovens e autoridades fizeram as pazes. Agente de polícia foi morto frente ao supermercado "Titininha" por um bandido armado.

RÁDDA BERNEN, UNICEF e LGDH empreendem séries de acções com vista a implementação da Convenção

dos Direitos da Criança, através de seminários, reuniões de reflexão, conferências e palestras.

Internacional - O Relatório de visita da Comissão dos Direitos Humanos da ONU à Cuba referencia fortes críticas ao regime de Fidel Castro. Essa mesma Comissão constata que Israel continua a violar os Direitos Humanos.

A marcação da data de julgamento dos criminosos de Rwanda para Dezembro 1995 constitui assim o acontecimento do mês mais falado nos círculos da Comunicação Social.

UE APOIA LGDH

Fernando Gomes participou nos trabalhos da 17ª sessão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos realizado em Lomé (Togo). Naquela mesma ocasião, outro dirigente da LGDH, Fatumata Djau Baldé tomava parte num seminário internacional sobre a Carta Africana dos Direitos da Mulher.

Ainda em Março, a LGDH foi convidada a tomar parte na realização das eleições legislativas no Benin.

Abril (Nacional) - ALTERNAG organiza uma jornada de reflexão sobre o papel das Forças Armadas numa sociedade civil. A LGDH envereda pela organização das conferências regionais sobre os direitos da Mulher com vista a preparação do documento final a nossa participação na Quarta Conferência Mundial sobre o progresso da Mulher em Pequim (China).

Tombali e Quinara - Projectaram o estreitamento de uma cooperação bilateral em matéria dos Direitos Humanos. Um violento acidente ocorrido na estrada Safim-Nhacra ceifou vida de 25 pessoas deixando outras na tantas feridas gravemente. Este foi o acidente que o país não tem

memória. A LGDH beneficiava de um apoio da Comissão Europeia, num montante de 30 mil ECU.

Internacional - No Haiti reinava a autocracia. No Burundi - oficiais militares frequentaram cursos de formação em matéria dos Direitos Humanos. Na Arábia Saudita, mais uma vez, a pena de morte fez rolar cabeças na praça pública, e num local sagrado.

Maio (Nacional) - Mulheres de Bolama reivindicavam seus direitos.

Internacional - O presidente da LGDH efectuou uma visita de contactos e de trabalho a Cabo Verde, em nome do Fórum das ONG's dos Direitos dos Povos e da Criança. Objectivo: preparar o Relatório anual sobre os DH nos "cinco". Liga foi convidada a participar nas eleições legislativas da vizinha República de Guiné-Conakry. Aberta uma delegação da LGDH em Ziguinchor.

Julho (Nacional) - Foi realizada uma conferência nacional sobre a Mulher, sob os auspícios da Liga com vista a elaboração do Relatório Nacional a ser apresentado no Fórum das ONG's, em Pequim (China).

Agosto (Nacional) - Um conjunto de actividades sócio-culturais e desportivas marcaram a passagem do Quarto aniversário da LGDH.

Setembro (Nacional) - Uma importante delegação da Liga participou nos trabalhos do Fórum internacional das ONG's sobre os Direitos Humanos, na última semana de Agosto à 5 de Setembro, na capital chinesa (Pequim).

Comomero Dia nacional contra Tortura e Impunidades, com actividades sócio-culturais.

Internacional - Uma delegação da Liga viajou até Ziguinchor para se inteirar "in loco" da situação dos refugiados e dos nossos concidadãos na linha fronteiriça.

Outubro (Nacional) - Presidente da Liga e o "seu" primeiro vice-presidente efectuaram uma visita de trabalho aos "cinco" e Portugal. Ministério Público dava conta do julgamento do Uducalóm Sampa.

Internacional - Comunidade negra norte americana reclama seus direitos.

Dezembro (Nacional) - Uma criança faleceu vítima de violação sexual, que lhe provocaram graves lesões internas, quando deambulava nas artérias de Bissau vendendo mancarra. LGDH institucionaliza prémio anual às pessoas que mais se revelarem na promoção dos DH e uma "taça" dos DH a partir do próximo ano. Presidente da Liga deslocou-se à Alemanha convidado a participar num fórum internacional dos DH.

Internacional - Foi morto por enforcamento, na Nigéria, o escritor, poeta e cineasta, KEN SARO WIWA mais oito dos seus concidadãos.

Abduramane Djaló

PGR extingue Departamento de Acção Preventiva

A Procuradoria-Geral da República decidiu, através de um memorando, extinguir, há já três meses, o Departamento da Acção Preventiva, revelou ao Nô Pintcha, dia 20 Dezembro, no seu Gabinete de trabalho, o assessor de imprensa do Ministério da Administração Interna (MAI), adiantando que esta medida partiu do Ministério Público sem requerer o parecer do MAI.

Segundo Francisco Pinto esta decisão do Ministério Público de extinguir o Departamento da Acção Preventiva visa justamente que a legalidade judicial seja respeitada para depois acrescentar que a existência deste Departamento não consta em nenhum decreto lei e nem na Constituição da República.

Instando a pronunciar sobre o futuro dos agentes da polícia desse Departamento, o assessor da imprensa do MAI, disse que alguns poderão vir a ser integrados na Polícia Judiciária, segundo o pedido que formularem ao Ministério da tutela.

Falando das perspectivas a médio e longo prazos, aquele responsável lamentando a situação actual, adiantou, todavia, a existência de projectos de desenvolvimento a nível do MAI sem, no entanto, revelar mais pormenores.

Por um lado é de opinião que as maiores dificuldades existentes no do MAI, não obstante os esforços que estão a ser envidados para os as colmatar, estão ligadas com falta de meios materiais e humanos para que o mesmo possa fazer face aos enormes problemas que envolvem a sociedade civil guineense, sobretudo, o aumento da criminalidade

que assola o país de uns tempos a esta parte.

Assegurou-nos, por outro lado, que o Ministério da Administração Interna vai tentar ultrapassar o maior "pesadelo" com que a sociedade civil guineense se depara que neste momento e que consiste em adoptar medidas estratégicas para controlar rigorosamente o aumento da criminalidade no país.

Nesta base, Pinto, adiantou que esta expectativa visa modernizar e equipar as Forças da Intervenção Rápida e adoptar novas medidas preventivas.

Francisco Pinto é de opinião que o aumento da criminalidade deve-se, em parte, a entrada descontrolada dos estrangeiros no país, sublinhando que as dificuldades atrás referidas têm vindo a contornar para o fracasso da POP no desempenho das suas funções, nomeadamente as rusgas e patrulhamento das ruas durante a noite.

Quanto a questão dos guardas-policiais nas residências de alguns membros do Governo e do Estado, Francisco Pinto, não quis comentar e acrescentou que "é uma questão muito pesada".

Relativamente aos centros prisionais do País, o assessor do MAI, afirmou que os mesmos estão ligados ao Ministério Público, para depois acrescentar que "as esquadras da polícia têm apenas prisões preventivas".

Neste contexto Pinto disse que a fuga dos reclusos se verifica mais

nas prisões centrais que nas esquadras da polícia devido ao facto os mesmos aguardarem temporariamente o encaminhamento dos seus processos-crime para os tribunais.

DESCONTRÓLO DE EMIGRANTES CLANDESTINOS NA ORIGEM DO AUMENTO DO BANDITISMO

O aumento dos assaltos à mão armada, roubos e furtos deve-se a crescente entrada dos estrangeiros no país, afirmou o director dos Serviços da Migração, Duarte Raimundo António Cabral.

No seu ponto de vista não declina a hipótese que a entrada clandestina dos estrangeiros na Guiné-Bissau é um caso muito esquisito, adiantando ser um bocado difícil controlar a quantidade actual de estrangeiros no país.

Na sua explicação disse que muitos entram clandestinamente pelas linhas fronteiriças dos países vizinhos que têm limites com a Guiné-Bissau.

Raimundo António Cabral, disse por um lado, que esta situação tem vindo a preocupar as autoridades dos Serviços da Migração.

Todavia, admitiu que os europeus, mauritanianos e libaneses são os que mais se apresentam para se identificarem naquela instituição de relações migratórias, enquanto que os senegaleses, guineenses de Conakri, gambianos e outros não respeitam esta regra.

António Cabral disse, por outro

lado, que aquele Departamento do MAI controla os estrangeiros através dos cartões de cidadão estrangeiros e através de rusgas organizadas em estreita colaboração com as Forças da Intervenção Rápida do mesmo pelouro.

Falando do acordo de CEDEAO que subscreve a liberdade de circulação dos cidadãos à nível da sub-região, o director dos Serviços de Migração, admitiu que o mesmo tem as suas cláusulas vinculadas no quadro das relações de amizade e de cooperação entre os Estados da África Ocidental em "casos especiais".

"A identificação dos referidos cidadãos nos serviços é uma forma de contribuir para se poder controlar as suas presenças no país", sublinhou.

Entretanto, Cabral disse que as autoridades dos Estados vizinhos não têm prestado apoio ao Governo da Guiné-Bissau no sentido de repatriamento dos emigrantes ilegais.

Sobre a questão dos refugiados da Libéria e da Serra Leoa, António Cabral disse concordar com a posição da representante do Alto Comissariado das Nações Unidas, Marie Rose, que na ocasião defendeu que os mesmos se encontravam ilegalmente no país, adiantando que o repatriamento dos mesmos tem sido uma das maiores dores de cabeça para as autoridades da Guiné-Bissau em termos financeiros-vincou.

FALTA DE EQUIPAMENTOS INACTIVA SERVIÇO DOS BOMBEIROS

A indiferença do pessoal dos "Bombeiros Humanitários" afectos ao Ministério da Administração Interna não se deve ao acaso, revelou-nos o Comandante-Adjunto deste Departamento, Malam Djaura.

Para Malam Djaura para a organização dos Bombeiros em qualquer parte do mundo é indispensável que coloque a questão do desenvolvimento.

Há falta de meios materiais e equipamentos de que os Bombeiros carecem nesta altura têm sido umas entre várias outras, razões da inactividade dos serviços desta instituição de carácter humanitário.

Este responsável lamentou os esforços que o pessoal dos bombeiros têm levado a cabo em detrimento dos parques meios que dispõem para prestação de socorros de incêndios e outros sinistros.

Malam Djaura, destacou que neste momento tem estado a ser construídos no país prédios de grandes envergaduras, para além de pequenas indústrias que caso de acidentes ou incêndios os serviços não podem dar capacidade de resposta "pelo facto de não termos neste momento nenhum meio de segurança ou de socorro".

Neste sentido Malam Djaura foi mais longe em apelar ao Governo para se preocupar em equipar os ser-

viços do bombeiros quando "tidos em conta os investimentos que foram aplicados nalgumas construções, nomeadamente, Hotel Sheraton, 24 de Setembro e as pequenas fábricas já existentes no País, etc...".

Djaura disse que, neste momento, os serviços dos Bombeiros encontram-se sem carros e que os poucos que aí existem estão todos avariados e não há peças sobressalentes no mercado nacional para as devidas reparações.

Por outro lado, Djaura disse que a direcção dos bombeiros enviou num envelope as suas necessidades à pedido da embaixada da China para fornecer algumas peças designadamente motores de arranque e bombas de embargamento.

Quanto a questão da ligação dos Bombeiros com o MAI, disse que a situação surge após a independência quando o estado da Guiné-Bissau adotou o sistema administrativo dos países socialistas que até hoje se vigora nalguns países de Europa, no caso da França e Portugal apontou, portanto, que estes países têm organizado e equipado devidamente os serviços dos bombeiros.

Malam Djaura, disse por outro lado, que o Departamento dos Bombeiros Voluntários conta neste momento com 141 efectivos para depois acrescentar que este os quais 15 estão na fase da reforma.

Em termos perspectivados "não queremos precipitar mas, a França e Portugal já nos deram luz verde no sentido de prestarem um apoio material aos nossos serviços".

Aruna Jamanca

PUBLICIDADE



SOCIEDADE COMERCIAL DE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LDA
ARMAZENS DE REVENDA

Sede Zona de Bulola - C. P. 500 - Bissau - República da Guiné-Bissau

Telefone 20 20 50 - 20 20 51

Fax - 20 12 18 - PBX 21 58 63



DESEJA A TODOS OS SEUS

CLIENTES, FORNECEDORES E AMIGOS

FESTAS FELIZES E PRÓSPERO ANO NOVO

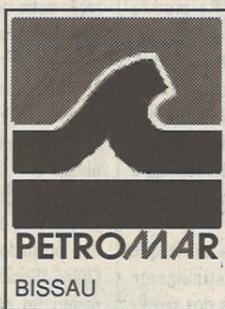
Vendemos Mobiliário de Lar e Escritório, Electrodomésticos e Brindes

Importamos Arroz - Exportamos Castanha de Cajú

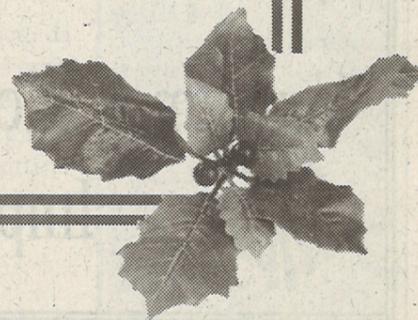




PETROMAR



A PETROMAR *deseja-lhe um Feliz Natal e um 1996 cheio de novos sorrisos.*
PETROMAR *wishes you a Happy Christmas and a Year of 1996 full of smiles.*
PETROMAR *vous souhaite un Heureux Noël et une Année de 1996 pleine de nouveaux sourires.*



Retrospectiva 95 - Nacional de Futebol não conheceu fim

FEVEREIRO : O Sport Bissau e Benfica sagrou-se vencedor do torneio de abertura do campeonato, organizado pela FFGB ao bater na final, o seu rival, o Sporting, por duas bolas sem resposta no encontro de "tira-teimas".

MARÇO: Novamente a turma encarnada saiu vencedora do torneio quadrangular organizado pela União Desportiva Internacional de Bissau "UDIB" ao ganhar todas as partidas disputadas.

Recorde-se que participaram neste evento as formações de Benfica, Boavista de Cabo Verde,

EQUIPAS	J	V	E	D	GM	GS	PONTO
BENFICA	2	2	-	-	7	2	4
Boavista	2	1	-	1	4	2	2
UDIB	2	1	-	1	-	4	2
Sporting	2	-	-	2	2	9	0

UDIB e Sporting.

Para confirmar a realização ou não do II Jogos dos Países da Língua Portuguesa chegou ao país neste mês numa delegação portuguesa afim de inspeccionar os estádios onde se disputarão as modalidades desportivas agendadas para este certame.

A delegação composta por membros do Secretariado Executivo dos jogos percorreu os referidos recintos para ver (in loco "analisar e finalmente, dar "visa" para que Bissau acolhe em Abril, o maior evento desportivo a nível dos "sete", países lusófonos.

Ainda sobre os II Jogos, as selecções nacionais de Atletismo, Basquetebol, Futebol e Lawn Ténis.

ABRIL: Abdú Mané e Cláudio foram afastados do comando da equipa técnica dos Leões devido os maus resultados. É a primeira chicoteada psicológica da época desportiva que teve lugar nas hostes dos verde e branco.

O campeonato da II divisão de honra arrancou tendo com novidade a participação pela primeira vez, o sector de Cacheu nesta prova.

Com a entrada da turma de Cacheu no campeonato eleva-se

para o quatro o número da equipa da Região de Cacheu que limitam o nacional, agora passa a igualar-se às equipas de Oio.

JOGOS DA LUSOFONIA

A Guiné-Bissau acolheu de 23/30 deste mês os II jogos desportivos de Língua Portuguesa. A turma nacional voltou a conquistar o troféu na Categoria de Fute-

bol. A formação são tomense foi a principal figura neste certame levando o maior número de medalhas.



▶ *Seleção Nacional (Foto arquivo)*

Quadro geral das medalhas

Países	Ouro	Prata	Bronze	Total
São Tomé	5	3	5	13
Guiné-Bissau	6	2	4	12
Moçambique	2	7	3	12
Angola	4	3	2	9
Cabo Verde	-	1	2	3

Troféu de Atletismo: São Tomé e Príncipe
Fair Play : Cabo Verde

LUTA TRADICIONAL

Decorreu de 21/29 em Niamey, capital do Niger, a Luta Tra-

dicional africana em que o país se fez representar, graças ao Ministério Cooperação Francesa que custeou todas as despesas dos nossos atletas.

É a primeira vez que a Guiné-Bissau detém uma posição favorável na alta competição nessa modalidade, obtendo duas medalhas, de prata. Nunca se pode esconder o grande esforço dos nossos atletas que, privados de certos meios foram capazes de demonstrar pelo que valem e M'pal Mutchá é um exemplo.

Recorde-se que a delegação foi chefiada pelo conselheiro técnico Reynald Jumel.

JUNHO: O campeonato da primeira divisão terminou por de falta de verba para dar o seu prosseguimento. Por outro lado, o campeonato foi comprometido devido a guerra aberta entre a FFGB e Benfica. Essa situação começou a verificar-se por ocasiões da realização em Abril do II jogos desportivos.

Bissau acolhe o Seminário da Luta Olímpica da zona-2 com vista a participação do país nos VI jogos Africanos de Harare-

Zimbabuwé.

Organizado pela associação do treinadores, os mistos da Guiné-Bissau venceram os mistos de Portugal por quatro bolas a duas.

AGOSTO: Os "Balantas" de Mansoa tem nova direcção:

O novo elenco desportivo dos

Balantas de Mansoa foi empossado naquela vila nortenha. As principais figuras desta nova direcção são: Henrique Pires, presidente da Assembleia Geral e Amine Michel Saad, presidente da Direcção.

Ainda neste mês, a liga guineense dos clubes reuniu em Assembleia Geral para revisão do estatuto da FFGB e avançou com a proposta a realização do campeonato época 95/96 em séries.

O Centro Nacional de Formação Futebolística iniciou a primeira fase de trabalhos no quadro de preparação da selecção "sub 17" com vista para a realização do mundial de 1997.

SETEMBRO: No quadro das comemorações do XXII aniversário da independência do país, Federação de Andebol organizou um torneio alusivo a data com a participação de duas equipas senegalesas, concretamente as de Ziguinchor-região de Casamance.

OUTUBRO: Assembleia Geral da FFGB reuniu na sua primeira sessão para análise e aprovação da resposta apresentada pela Liga Guineense de Futebol.

DEZEMBRO: Depois de Tchok Mon e Gabú, Bissau acolheu o terceiro festival da luta Olímpica (luta tradicional).

Neste certame, a Região de Oio varreu novamente os fabulosos prémios postos a disposição pela federação da modalidade.

Recorde-se que este festival da luta tradicional foi financiado pela Cooperação Francesa.

PRÉMIOS

54 Kg Femenino	1º Lugar— Cecilia C6 ————— Gravador / equipamento 2º lugar— Beti Djú ————— Pasta / equipamento
60 Kg Femenino	1º Lugar— Joanhina Cá ————— Bicicleta / Taça e Medalha 2º Lugar— Augusta Cá ————— Gravador
62Kg Masculino	1º Lugar —Compé Embaló —————Bicicleta/ Equipamento 2º Lugar — Bijimeta Djú ————— Gravador / Equipamento
68Kg Maculino	1º Lugar— Quibos Siga ————— Bicicleta / Equipamento 2º Lugar— João Afonso ————— Gravador / Equipamento
75Kg Masulino	1º Lugar— Marcelino Quadé —————Bicicleta / Equipamento 2º Lugar— Veríssimo Sambé ————— Gravador/ Equipamento
80Kg Masculino	1º Lugar— Bó Quidame —————Bicicleta, Equipamento, Taça 2º Lugar— Sumbena Cluté ————— Equipamento / Medalha
90Kg Masculino	1º Lugar— M'pal Mutchá ————— Televisão, Equipamento, Medalha 2º Lugar— Braima Whame ————— Pasta, Equipamento, Taça

Veja a nova gama da

STEIA

Representante exclusivo da



TOYOTA



visite-nos

Estamos na Praça Ernesto Che-Guevara — Telef.: 20 13 47 — Fax: 20 12 27
Bissau — República da Guiné-Bissau

• Simão Abina

A campanha agrícola 95/96 pode ser considerada positiva. Assim para o principal cereal alimentar da população guineense - o arroz - foi estimado numa produção bruta de 133.266 toneladas, o que corresponde a um aumento de 1.7 por cento em relação à campanha do ano transacto, segundo o balanço anual do Ministério do Desenvolvimento Rural e Agricultura (MDRA).

Enquanto que outros cereais (milho, feijão), entre outros, também foi estimado em uma produção bruta de 67.231 toneladas o que corresponde a um aumento de 13.7 por cento. Não obstante a esse aumento verificado, o balanço cerealífero do país apresenta um déficit estimado em 58.856 toneladas (valores reais). E que assim sendo, o país vai necessitar de recorrer a ajuda alimentar e à importação desses cereais.

A definição de uma política para o desenvolvimento das diferentes estruturas que compõem o MDRA dentro da reestruturação que está a levar a cabo no âmbito das orientações do Governo, trabalhos tendentes a essas recomendações, ou seja, a elaboração da Carta da Política Agrária, com o apoio da Cooperação Internacional, e outras instituições estatais e a sociedade civil no seu conjunto, está contemplado no referido relatório do MDRA.

Relativamente à caracterização do sector agrícola, o potencial agrário do país é de 1.2 milhões de hectares de terra arável e de 2 milhões de hectares de zonas florestais, do total da superfície nacional.

A agricultura tal como se pode ler no relatório, contribui com 50 por cento do Produto Interno Bruto (PIB), garantindo cerca de 50 por cento das divisas e a produção agrícola tem um porte de 90

Campanha Agrícola 95/96

Governo vai necessitar ainda de recorrer a ajuda externa

por cento empregando 82 por cento da população economicamente activa.

Do número da população atrás referido que se dedica a agricultura, a maioria engaja-se na cultura do arroz. No entanto, existem outras culturas, nomeadamente o milho bacil, o milho preto, sorgo, tubérculos, entre outros, que também jogam um papel muito importante na dieta alimentar da população guineense.

No plano das realizações

Enquadrado na reestruturação iniciada a todos os níveis, por forma a adequá-lo ao novo contexto socio-económico e político, o MDRA foi reduzido de quatro para apenas duas direcções-gerais, dando origem ao surgimento da Direcção-Geral da Agricultura, Pecuária e Florestas e Caça e da Promoção as Iniciativas Privadas.

Essas duas direcções-gerais têm a seu cargo a gestão da política de assistência técnica, de execução de planos e de transferências das tecnologias, sendo apoiadas pelo Instituto Nacional de Pesquisa Agrária e os serviços de apoio, particularmente a GAPLA (Gabinete de Estudos e Planeamento Agrário), entre outras direcções.

Direcção dos Serviços Florestais e Caça

Durante a campanha 94/95 foram explorados 16.938 m3 de madeira, sendo 12.242 de bissilão. O volume deste mesmo produto exportado em toros é de aproximadamente 80 por cento, o que significa uma percentagem máxima da sua transformação interna e que representa uma pressão cada vez



maior sobre o potencial florestal.

A nível da divisão de fomento florestal;

Foram produzidas em diferentes viveiros do país um total de 89.501 plantas, entre ornamentais, essências florestais e fruteiras, sendo 22 mil palmeiras no quadro do "Projecto Palmar".

Também foram distribuídas plantas e realizadas plantações e ornamentação em diferentes pontos do país.

Direcção-Geral da Promoção e Animação Rural

Esta nova Direcção-Geral recém-criada orienta as suas acções durante o primeiro ano, na implementação e consideração das suas actividades fundamentais ligado ao mundo rural e a promoção das iniciativas privadas dos quais há a destacar as seguintes realizações:

- Identificação das estruturas do desenvolvimento, preparação de um Plano Nacional de Hoti-fruticultura, coordenação das acções ligadas ao lançamento do Centro de Formação Camponensa de Bachil, de forma a promover a organização dos agricultores na melhoria da produção, comercialização,

transferência de tecnologias e dinamização do espírito associativo.

E ainda, a realização de seminários sobre a comercialização de produtos agrícolas com objectivos de definir o papel a desempenhar pelo vulgarizador na área de comercialização dos seus produtos, promoção de actividades no domínio e desenvolvimento através dos conselhos zonais, visando a instalação de ensaios adaptados ao mundo rural com maior possibilidade de aumento de rendimento, são outras das atribuições dessa nova Direcção-Geral.

A nível do próprio MDRA, esta nova direcção-geral prevê o reforço da capacidade de formação no Ministério, melhoria da qualidade técnica e administrativa do pessoal e ainda a formação de técnicos de base.

Ainda dentro da nova estrutura do MDRA funcionam direcções como: serviços de agricultura que tem como principais tarefas, levantamento dos perfis transversais e longitudinais de bolanhas-mangrove, observação agro-pedológicas e estudo agro-económicos em bolanhas a serem recuperadas em Cacheu, Oio e Biombo, prospecção pedológica das bolanhas de Mansoa, entre outros.

Direcção de serviços de

pecuária, cuja vocação é a inspecção sanitária de 168.257 quilogramas de carnes verdes, correspondente a 2.277 cabeças de animais abatidos e emissão de certificados, inspecção de 1.664.656 quilogramas de produtos animais e derivados, entre outros.

Instituto Nacional de Pesquisa Agrária - INPA - cuja missão é a elaboração do Plano Director Agrícola de Pesquisa Hortícola, aprovisionamento de diferentes centros de pesquisa em material vegetal para ensaios de adaptabilidade nos ecossistemas, de realização de diferentes ensaios de rendimento, técnicas culturais, variedades e resistência das culturas às pragas.

Direcção da SUINAVE, com qual se pretende o relance do sector produtivo de exploração e reposição do ciclo de produção de pintas poedeiras e frangos, entre outros.

GAPLA - Este gabinete tem como objectivo principal, a reflexão e actualização das estratégias de política do desenvolvimento rural, elaboração e avaliação dos projectos de desenvolvimento agrário, nomeadamente PDRLUGA, Projecto Publicação do "Anuário Agrícola", elaboração do balanço cerealífero anual, coordenação das actividades de elaboração da Carta de Política Agrária.

Perspectivas do Ministério do Desenvolvimento Rural e Agricultura

Para o ano de 1996, o MDRA tem em vista a criação da Escola Agrícola aproveitando as instalações do Centro "Olof Palme," em Bula, por ali existirem boas condições infra-estruturais e solução das necessidades do país em termos de formação de técnicos de base

com médios e superiores, e a especialização destes.

Ainda através das suas direcções-gerais tem em perspectivas várias acções, entre os quais continuar com as já iniciadas assim como a introdução de novas medidas a implementar.

Assim para a direcção dos serviços de agricultura, prevê-se a continuação do recenseamento das pragas e doenças das principais culturas alimentares, frutícolas, essências florestais e produtos armazenados;

- Aconselhar a encomenda de máquinas agrícolas, e respectivos implementos, e ainda a reactivação dos parques de máquinas agrícolas, e criar um parque central e campos agrícolas para práticas de mecanização.

Na direcção dos serviços pecuários, prevê-se a reorganização dos serviços veterinários centrais regionais; elaboração da legislação sobre a saúde pública veterinária; recenseamento do efectivo de gado a nível nacional, entre outros.

Enquanto isto para a direcção dos serviços florestais e caça, está previsto a revisão da lei florestal e da fauna, assim como as respectivas taxas;

- recuperação do viveiro nacional de Embunhe; vulgarização de técnicas de controle de queimadas.

Na Direcção-Geral da Promoção e Animação Rural, para o ano de 1996, está prevista a continuação do Plano Nacional de Horti-fruticultura; implementação da segunda fase do Projecto "mango"; definição de uma política de vulgarização.

Para o INPA está destinado a continuação do fortalecimento de laço com organismos regionais e internacionais ligados à pesquisa; fornecimento de sementes e variedades melhoradas; formação (formal e informal) sobre gestão, planeamento e execução da pesquisa.

O GAPLA tem como perspectivas para o ano de 1996, a dinamização e consolidação do processo de elaboração de "Carta de Política Agrária"; actualização da estratégia da política de desenvolvimento rural; sistematização e elaboração do Projecto de Investimento Público; criação do sistema informação geográfica/1996 assim como e realização do terceiro censo agrícola/1997.

Aniversário do imperador AKIHITO e da Festa Nacional do Japão

Motivo de balanço de cooperação Guiné-Bissau/Japão

Por ocasião da celebração do Dia Nacional do Japão e do aniversário do Imperador Akihito, celebrado no dia 23 do corrente mês, o Encarregado de Negócios deste país acreditado na Guiné-Bissau e sedado em Dakar endereçou uma mensagem cujo teor transcrevemos na íntegra:

Tendo em conta as boas relações de amizade e cooperação existentes

entre os nossos dois países gostaria que a Guiné-Bissau associasse na comemoração desses eventos.

Nessa mensagem dirigida

às autoridades guineenses, o diplomata Yoshiakit Ito fez menção de referir várias fases da cooperação entre os nossos dois países datada de 1981 e baseada em acordos bilaterais, que abrangem ajudas (subvenções) financeiras e técnicos no valor que ronda os sete bilhões e quinhentos e trinta e quatro milhões de Yens.

De referir que a partir de 1990 de acordo com a nota

mensagem da Embaixada de Japão, essas ajudas (subvenções), foram canalizadas para ajuda alimentar e o aumento da produção alimentar e, finalmente a cooperação técnica (envio de um especialista japonês para Guiné-Bissau na área das Pescas e oferta de trinta bolsas de estágio para os técnicos guineenses nesse domínio).

A cooperação entre a

Guiné-Bissau e Japão na área de formação a partir dos anos 90 estendem-se à outros sectores, nomeadamente: Ajustamento Estrutural, Pesca Artesanal e Recursos Hídricos (Projecto de Abastecimento em Água Potável à Região de Biombo).

Saliente-se que após a Segunda Guerra Mundial, o Japão tornou-se numa das grandes potências económicas

do mundo. Consciente da necessidade do desenvolvimento de todos os países, o primeiro doador da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) tem vindo a dar maior atenção e apoio, sobretudo à economia, ao desenvolvimento de todos os países do mundo em especial a África.

As futuras relações de cooperação entre o Japão e a África, tal como diz a mensagem do diplomata nipónico, serão boas e, "fazemos votos para que as relações entre o Japão e a Guiné-Bissau se reforcem cada vez mais na base do respeito mútuo".

Numa Entrevista exclusiva, ao JNP, em jeito balanço do ano que agora termina, o ministro dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades Guineenses, Ansumane Mané, classificou 1995 como ano de importantes vitórias para a nossa diplomacia. Abordou a necessidade da reestruturação das nossas embaixadas, com a entrada de novas caras, o recolher de alguns, movimentação de diplomatas entre embaixadas, a abertura de uma na Suécia.

O diplomata guineense falou ainda de alguns dossiers "quentes" nas NU e o progressivo aumento de países a favor da reintegração da República da China nesta organização universal.

NP - Qual é o papel que o nosso país vai jogar como Membro Não Permanente das Nações Unidas?

AM - Como sabe, o Conselho de Segurança das NU zela pelo respeito da Carta das Nações Unidas, a Manutenção da paz e a solução dos diferentes conflitos que apoquentam os povos e nações no

Ansumane Mané ao Jornal "Nô Pintcha" sobre Ano 95

Diplomacia guineense soma sucessos

mundo.

Dá que a Guiné-Bissau vai dar a sua contribuição na manutenção da paz através de envio das Forças da Manutenção da Paz e de observadores. Presentemente estamos a ultimar a elaboração de uma carta destinada a ONU que visa solicitar a nossa participação na manutenção da paz na Libéria e envio de observadores no quadro das NU. É bom não perder de vista que, há vários dossiers "quentes" (de actualidade), ou seja, o conflito nos Balcãs, Médio-Oriente, e noutras paragens no globo que as NU procuram solucionar de forma justa e equitativa.

Pensamos criar uma célula da missão dentro do MNE para melhor proporcionarmos apoio à nossa representação junto das NU. Se soubermos aproveitar a nossa permanência nas NU, com certeza, vamos tirar muitos dividendos.

Relativamente à reintegração da República da China na ONU, constata-se que anual-

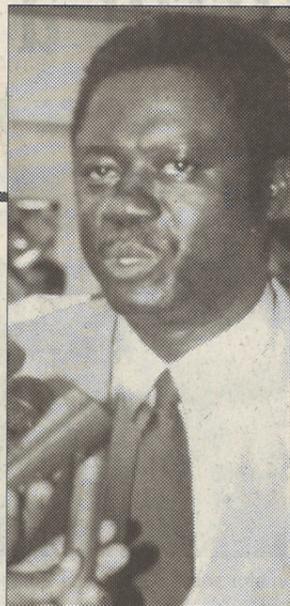
mente o número de países a seu favor aumenta na base do princípio de participação paralela de um Estado separado, conforme a Carta das NU, à semelhança do que acontece com as duas Coreias (Norte e Sul) e as antigas Alemanhas (Democrática e Federal).

NP - Como vai ser a nossa representação na ONU?

AM - Teremos um único embaixador-Representante Permanente - nas NU e no Conselho de Segurança, Adelino Mano Queta. Para tal ele é munido de plenos poderes de um Presidente de República. Teremos ainda um embaixador em Washington, junto do Governo norte-americano.

NP - Fale-nos de alguns passos concernentes a movimentação diplomática?

AM - A reestruturação encontra-se na sua fase final. Teremos movimentação de embaixadores e em alguns casos haverá caras novas. Pen-



► ANSUMANE MANÉ, ministro dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades Guineenses

samos fechar a Embaixada na Argélia e reabrir outra na Suécia. Alguns vão recolher para apoiar os nossos serviços internos, porque precisamos das suas experiências. Haverá também movimentação de diplomatas entre embaixadas. Tudo é apenas uma questão de dias. Como deve saber o problema das transferências

ou afectação de novos requer dinheiro (financiamento). Agora não custa compreender a razão do atraso dessas movimentações. Alguns de cá terão também de ir apoiar os nossos serviços no exterior.

NP - Em termos de acção diplomática como classifica o ano que ora finda?

AM - O ano de 1995 foi bastante positivo. Tínhamos vários objectivos a atingir. Naturalmente, nem todos foram alcançados. Estabelecemos relações diplomáticas com alguns países, como a Croácia, Bósnia Herzegovina e participamos em vários fóruns internacionais. Na Conferência Mundial sobre o Desenvolvimento, em Copenhaga, Quarta Conferência Mundial da Mulher, em Pequim-China - a Cimeira dos Países Não-Alinhados na Colômbia, Cartagena. Participamos na 50ª Assembleia - Geral da ONU, onde a nossa delegação foi chefiada pelo Primeiro-Ministro, coronel Manuel Saturnino Costa. Participamos ainda na Cimeira da CEDEAO, da OUA, na 23ª Sessão dos Ministros dos Negócios estrangeiros da Organização da Conferência Islâmica - OCI. Efectuamos uma visita de Estado a República da China e na qual rubricamos importantes acordos de cooperação. E entramos como Membro Não - Permanente do Conselho de Segurança da ONU. Como viu o ano que agora termina foi recheado de vitórias diplomáticas.

Abduramane Djaló

No fecho

Conselho de Ministros

Sob a presidência do Primeiro-Ministro, Manuel Saturnino da Costa, reuniu-se dia 29 de Dezembro, em sessão extraordinária, o Conselho de Ministros.

No período de antes da ordem do dia, o CM, sob proposta do ministro da Administração Pública e Trabalho e atendendo à quadra festiva, deliberou conceder tolerância de ponto no dia 2 do próximo mês de Janeiro, terça-feira, aos trabalhadores do sector Público.

Entretanto, na ordem do dia, os ministros das Finanças e do Plano e Cooperação Internacional submetem ao CM, para informação e comentários, o "Aide-Memoire" referentes à missão do Banco Mundial que visitou a Guiné-Bissau de 4 de Novembro a 11 do corrente mês de Dezembro, cujos objectivos consistiram no seguinte: - promover consultas com o Governo, sociedade civil e parceiros de desenvolvimento da Guiné-Bissau no quadro da preparação em curso da Estratégia de Assistência ao país (CAS); - avaliar a versão preliminar do relatório "Análise das Despesas Públicas"; - avaliar o progresso na área de reformas estruturais; - analisar o progresso na implementação do Projecto de Gestão Económica (PGE) e estabelecer o Programa para 1996.

O documento em causa foi elaborado com a participação de personalidades públicas, homens de negócios, dirigentes de associações, dirigentes sindicais, dirigentes de ONG's, líderes religiosos, membros das Forças Armadas, altos funcionários do Estado e directores de projectos de investimento público, num total de 52 participantes.

O plenário governamental analisou, após explicações dos ministros das Finanças e do Plano e Cooperação Internacional, o conteúdo da "Carta de intenção do Governo da Guiné-Bissau ao FMI", sendo mandado o titular da pasta das Finanças para a subscrever em nome do Governo.

Na aludida carta-memorando, faz-se alusão a medidas que se tomaram relativamente as políticas fiscais e monetárias em ordem a melhorar a situação económica, o que permitiu o cumprimento de todas as metas provisórias para o fim de Setembro 95, excepto as referentes a atrasados do serviço da dívida externa, e perspectivar o cumprimento das mesmas para o fim de Dezembro 95.

Tendo em conta estes resultados favoráveis e a determinação governamental em continuar a promer políticas macroeconómicas eficazes por forma a atingir os objectivos do programa de 1995, o Governo solicita, nomeadamente, ao FMI, naquele carta-memorando, uma curta extensão da vigência do primeiro acordo anual para além de 17 de Janeiro 96, de modo a permitir o respectivo desembolso do segundo crédito anual.

Finalmente, o CM discutiu e deliberou aprovar, com alterações, os seguintes projectos de Decreto, sob proposta dos ministros da Energia, Indústria e Recursos Naturais, do Comércio e das Finanças: a) Que aprova o Estatuto regulador das actividades de importação e distribuição por grosso de produtos petrolíferos; b) Que regula o abastecimento e a venda ao público de gasolina e gasóleo para veículos e equipamentos motorizados e petróleo para iluminação.

In Diário de Notícias

O Partido Social-Democrático recém - criado na Guiné-Bissau é contra a formação de um Governo de Unidade Nacional para ultrapassar a crise do país, preferindo eleições antecipadas.

Malam Sani rejeita formação de um Governo de Unidade Nacional

Oposição quer eleições

Recém-formado em Bissau, depois de uma dissidência na Resistência da Guiné-Bissau/Movimento Bâ - Fata (RGB/MB), o Partido Social-Democrático (PSD) garante que não irá participar em nenhum Governo da Unidade Nacional, uma vez que cabe ao Presidente da República decidir se há ou não condições para o funcionamento pleno dos órgãos da soberania e, em caso negativo, convocar eleições legislativas antecipadas.

Malam Sani, responsável do PSD para a formação, considera que, se pegar a moda de formar governos de unidade nacional - como pretende o Movimento Bâ - Fata, nas próximas eleições, o PAIGC se perder, poderá também exigir a criação de um Governo de consenso, o

que acabará de desencorajar a participações das populações nos actos eleitorais.

P - Na Guiné-Bissau, existem 13 partidos políticos. Ainda há espaço para o PSD?

Malam Sani - O PSD tem um espaço próprio no cenário político nacional e aprova disso é o facto de ser o único partido na oposição que se realizou em menos de 30 dias. Nas próximas eleições autárquicas vamos demonstrar que temos uma base de apoio muito sólida.

P - O PSD tem ligação política e ideológica com algum partido português?

MS - Os dirigentes do PSD definiram claramente, desde a criação do partido, que são sociais-democratas e desejam integrar a Internacional Socialista. A minha vinda a Portugal, além da pretensão de aprender com o



► JOAQUIM BALDÉ, líder do Partido Social Democrata (PSD)

PS ensinamentos de marketing político, teve como o objectivo pedir apadrinhamento para o PSD integrar a IS.

P - Qual o motivo da cisão no seio da RGB/MB?

MS - A cisão deveu-se a falta de transparência e desvio de fundos por parte da Direcção do RGB/MB durante a campanha eleitoral, a ponto de a RGB/MB deixar em Portugal dois dos seus dirigentes na situação de prisão. Os passaportes foram-lhes confiscados e correm o risco de apañar, no mínimo seis anos de prisão.

P - Porquê?

MS - Os membros da Direcção da RGB/MB utilizaram em benefício pessoal o dinheiro da mercadoria que Antero Branco Binã e Laurindo Porfírio da Costa mandaram para a Guiné -Bissau e cujos lucros deviam constituir fundos para o Partido-, esquecendo que ela fora adquirida através de cheques pré-datados, assinados por aqueles dirigentes e que tinham de ser

liquidados.

P - A RGB/MB está a pressionar o Presidente João Bernardo Vieira para dimitir o Governo e estabelecer um pacto de regime do qual saia um Governo da Unidade Nacional.

MS - Nós não vamos participar em nenhum Governo de Unidade Nacional, porque entendemos que a única saída para a crise é a dissolução de ANP e a convocação de novas eleições. Acreditamos que o PAIGC deve governar até ao fim do mandato que o povo lhe confiou nas urnas, mas se o Presidente entender que não existem condições para o pleno funcionamento dos órgãos da soberania, deve dissolver a ANP e convocar eleições antecipadas.

P - A Guiné-Bissau está em condições financeiras de antecipar eleições?

MS - A Direcção do PSD analisou a situação económica nacional e tem dados que mostram que, fazendo poupança durante um mês, se podem realizar eleições legislativas antecipadas para debelarmos a crise em que o país se encontra mergulhado.